

BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Nº 2 | Fevereiro 2010



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEAR I

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Fevereiro de 2010

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de Fevereiro.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	12
3. Comércio Internacional	23
Destaques	29
Proposta do Orçamento do Estado para 2010	31
Evolução Recente das Exportações Portuguesas para os Principais Mercados	35
Artigos	39
Em Análise	41
Comércio Externo com Moçambique	41
Ensaio	49
A Sobrevivência de Empresas na Região Norte	49
Iniciativas e Medidas Legislativas	59
Abreviaturas Utilizadas	65

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Nos EUA, o PIB registou uma quebra de 2,4% em termos homólogos reais no ano de 2009 (+0,4% em 2008), para o qual contribuiu a diminuição de todas as componentes, tendo sido particularmente acentuada a do investimento privado e das exportações. A generalidade dos indicadores quantitativos e qualitativos referentes a Janeiro de 2010 evoluíram favoravelmente, salientando-se a subida da produção industrial em 1% em termos homólogos e o crescimento das vendas a retalho em 4,7% em termos homólogos nominais. Nesse mês, a taxa de desemprego desceu para 9,7% e a taxa de inflação homóloga aumentou 2,6% (10% e 2,7% em Dezembro de 2009, respectivamente).
- * Em 2009, o PIB da União Europeia (UE) e da Área do Euro (AE) apresentou uma quebra em termos homólogos reais de 4,1% e de 4% (+0,8% e de +0,6%, respectivamente, em 2008), evolução que se estendeu à generalidade dos países. No 4.º trimestre de 2009, o PIB registou um decréscimo de 2,3% na UE e de 2,1% na AE, representando uma recuperação face ao período precedente. O indicador de sentimento económico da UE e da AE referente a Janeiro de 2010 continuou a melhorar, com destaque para a melhoria mais significativa do indicador de confiança dos empresários do comércio a retalho. A taxa de desemprego da AE foi de 10% em Dezembro de 2009 (+0,1 p.p. que no mês anterior), e a taxa de inflação registou, em Janeiro, uma variação positiva de 1% (0,9% em Dezembro).
- * As taxas de juro a 3 meses estabilizaram e as de longo prazo, quer na área do euro quer nos EUA, face ao mês precedente.
- * O preço spot do petróleo *Brent* diminuiu ligeiramente, face a Janeiro, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 24 de Fevereiro, apresentado um valor de 74 USD/bbl (54€/bbl).

Conjuntura Nacional

De acordo com a estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais, no 4.º trimestre, o PIB registou uma quebra homóloga de 0,8%. Ao concretizar-se este valor, o PIB em 2009 registará uma quebra real de 2,7%.

- * No 4.º trimestre, a generalidade dos indicadores quantitativos disponíveis para a actividade económica evidenciou uma evolução mais favorável face ao trimestre precedente na generalidade dos sectores, com excepção da construção.
- * O indicador de sentimento económico da Comissão Europeia para Portugal, relativo a Janeiro, apresentou uma melhoria face ao mês anterior.
- * A informação disponível para o Janeiro sugere ainda a continuação da recuperação do consumo privado e um maior dinamismo do investimento.
- * Em Janeiro, a taxa de inflação homóloga foi de 0,1%, mais 0,2p.p. do que no mês anterior, situando-se 1p.p. abaixo do verificado na área do euro.
- * No 4.º trimestre a taxa de desemprego foi de 10,1%, mais 0,3p.p. que no trimestre precedente. Em 2009, a taxa de desemprego situou-se em 9,5% (mais 1,9p.p. que em 2008).
- * Em 2009, a Administração Local, e considerando o universo comparável, registou um défice provisório da execução orçamental de 649,3 milhões de euros, o que significa uma deterioração de 346,1 milhões de euros relativamente a 2008. Por seu turno, a Administração Regional apresentou um défice orçamental de 147,0 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 24 milhões de euros face a 2008.
- * Em Janeiro de 2010, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 1162 milhões de euros, o que representa um agravamento de 591

milhões de euros face ao período homólogo. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 364 milhões de euros, representando uma redução de 19,5 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente na execução orçamental de 466,6 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 38,5 milhões de euros face a Janeiro de 2009.

Refira-se, contudo, que a execução orçamental do primeiro mês do ano encontra-se muito influenciada pelo diferente perfil intra-anual de realização de operações de todos os sub-sectoros, pelo que os resultados apresentados não podem ser interpretados como indicadores dos desenvolvimentos esperados para 2010.

Comércio Internacional

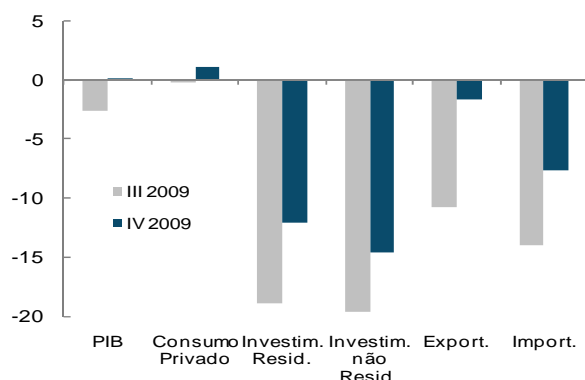
- * Após uma acentuada desde o final de 2008, as exportações portuguesas de bens para o espaço global Intra e Extracomunitário registam, desde Fevereiro de 2009, alguma recuperação, com taxas negativas acumuladas tendencialmente decrescentes.
- * Nos *últimos 12 meses a terminar em Novembro*, excluindo os produtos energéticos, as saídas de mercadorias decresceram 18,4% e as entradas 14,7%. Nos últimos 3 meses, excluindo ainda os produtos energéticos, as saídas acusaram uma descida de 10,6%, ao mesmo tempo que as entradas registavam uma diminuição de 9,0% face ao período homólogo do ano anterior.
- * Uma **estimativa rápida de dados agregados** do INE, para o período de *Janeiro a Dezembro de 2009*, aponta para taxas de variação homólogas de -18,2% nas saídas e de -18,3% nas entradas de mercadorias, com o défice (Fob-Cif) a decrescer 18,6%.
- * O perfil das saídas de bens reflecte o facto de a recessão ter afectado essencialmente bens duradouros, como foi o caso das máquinas e do material de transporte, entre outros, o que teve impacto ao nível do comportamento dos produtos industriais transformados por grau de intensidade tecnológica.
- * Em termos de mercados de destino, ponderando os pesos no total, nos 12 meses a terminar em Novembro sobressai o contributo positivo de Angola, o nosso maior mercado entre os Países Terceiros, com +0,3 pontos percentuais (para uma taxa negativa global de variação das saídas de mercadorias de -19,2%). A Espanha, o principal mercado de exportação, contribuiu negativamente com -6,1 p.p..
- * Nos últimos 12 meses a terminar em Novembro, as “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 16,1% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram negativamente os Serviços (-2,9 p.p.), a par de um contributo também negativo por parte dos Bens (-13,2 p.p.). As “exportações” de Serviços resistiram melhor à recessão do que as de Bens, tendo o seu peso relativo subido de 31,5%, no período de Janeiro a Novembro de 2008, para 34,0% no mesmo período de 2009.

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o início de 2010 indiciam que a actividade económica mundial continua a recuperar na generalidade dos países. A situação do mercado de trabalho mantém-se frágil e a taxa de inflação aumentou ligeiramente associada, em parte, aos efeitos de base relacionados com a baixa dos preços das matérias-primas de há um ano atrás. Nos **EUA**, o PIB aumentou 0,1% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2009, invertendo a quebra registada nos 4 trimestres precedentes, em resultado da melhoria da procura interna e das exportações.

Figura 1.1. PIB e Componentes da Despesa em Volume nos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

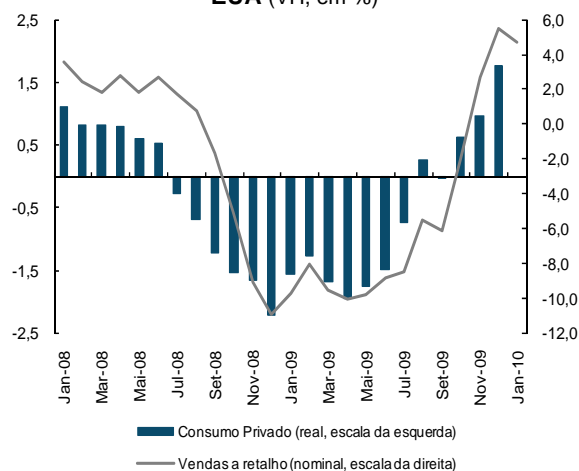
Em Janeiro de 2010, com excepção da confiança dos serviços, todos os indicadores qualitativos e quantitativos apresentaram uma evolução favorável. Assim, em termos homólogos:

- as vendas a retalho aumentaram 4,7% em termos nominais (5,5% em Dezembro de 2009);
- a produção industrial subiu para 1%, contrariando a quebra verificada desde Maio de 2008 e a taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria progrediu para 72,6% (71,9% em Dezembro de 2009);
- as vendas de novos edifícios residenciais melhoraram, tendo diminuído 6,1%, valor situado abaixo dos 2 últimos meses de 2009 (-7,1%, em média);
- a taxa de desemprego diminuiu para 9,7% (10% em Dezembro de 2009).

Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-EU

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008	2009				2009			2010
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan
EUA – PIB real	VH	BEA	-2,4	-1,9	-3,3	-3,8	-2,6	0,1	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-9,8	-6,7	-11,6	-12,9	-9,5	-4,7	-6,8	-5,0	-2,2	1,0
Índice ISM da Indústria Transformador	%	ISM	46,2	35,9	35,9	43,0	51,4	54,6	55,2	53,7	54,9	58,4
Índice ISM dos Serviços	%	"	48,0	38,5	43,3	46,0	50,4	52,3	54,0	49,6	53,2	52,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	66,3	57,7	58,3	68,2	68,4	70,2	70,6	67,4	72,5	74,4
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,3	7,0	8,2	9,3	9,6	10,0	10,1	10,0	10,0	9,7
China – PIB real	VH	NBSC	8,7	6,8	6,2	7,9	9,1	10,7	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-16,0	4,7	-20,1	-23,5	-20,5	0,9	-13,8	-1,2	17,7	21,0
Japão – PIB real	VH	COGJ	-5,0	-4,4	-8,4	-5,9	-4,9	-0,9	-	-	-	-

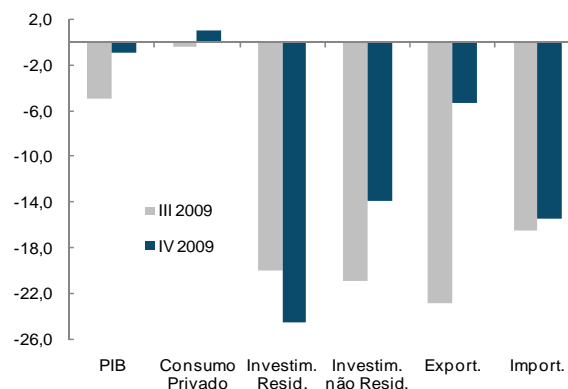
Figura 1.2. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 4.º trimestre de 2009, o PIB do **Japão** teve uma quebra de 0,9% em termos homólogos reais (-4,9% no 3.º trimestre). Para esta evolução contribuiu essencialmente a melhoria do investimento privado não residencial e das exportações, os quais apresentaram quebras menos significativas face às registadas no 3.º trimestre.

Figura 1.3. PIB e Componentes da Despesa em Volume no Japão (VH, em %)

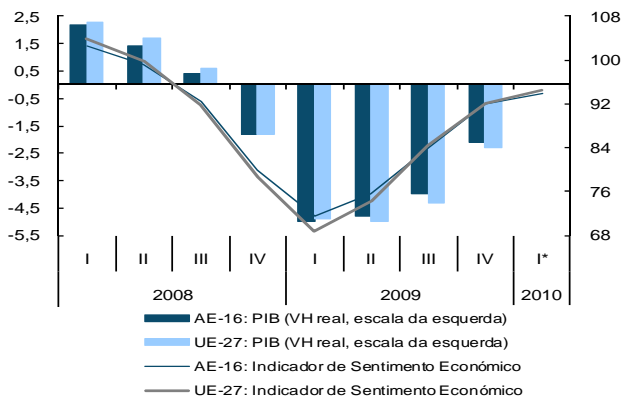


Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

Actividade Económica da UE

No 4.º trimestre de 2009, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) registou uma quebra de 2,3% e de 2,1% em termos homólogos reais respectivamente (-4,3% e -4%, no 3.º trimestre). O comportamento do PIB em termos homólogos reais para as principais economias indica recuperação para a generalidade dos países, com excepção da Grécia e de alguns países do leste europeu.

Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e AE

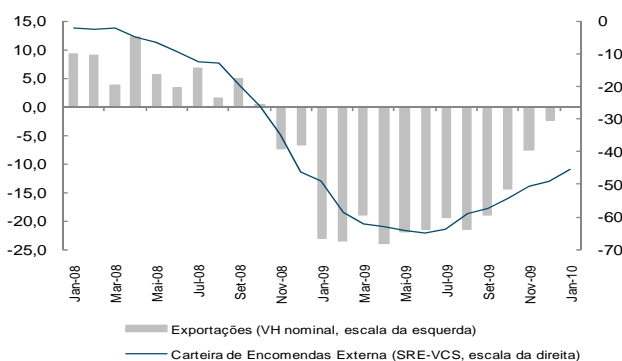


Fontes: CE; Eurostat. * Trimestre terminado em Janeiro.

De facto, para a área do euro, no 4.º trimestre e, em termos homólogos:

- a produção industrial caiu 7,7% (-15% no 3.º trimestre);
- as exportações diminuíram 8,1% em termos nominais (-19,8% no 3.º trimestre);
- as vendas a retalho decresceram 1,6% em termos reais (-2,3% no 3.º trimestre).

Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externa da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

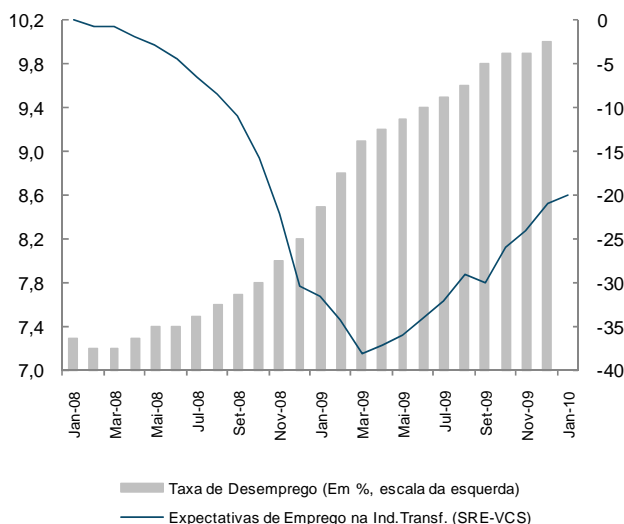
Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008	2009				2009			2010
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-4,1	-1,8	-4,9	-5,0	-4,3	-2,3	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	79,9	78,5	68,8	74,2	84,3	92,2	90,0	91,5	95,0	97,1
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	-4,0	-1,8	-5,0	-4,8	-4,0	-2,1	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	80,8	80,0	71,5	75,6	84,1	91,9	89,6	91,9	94,1	95,7
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-14,9	-9,5	-18,1	-18,2	-15,0	-7,7	-10,9	-7,0	-4,9	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-2,3	-1,8	-2,8	-2,4	-2,3	-1,6	-1,1	-2,1	-1,5	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,4	8,0	8,8	9,3	9,6	9,9	9,9	9,9	10,0	:
IHPC	VH	"	0,3	2,3	1,0	0,2	-0,4	0,4	-0,1	0,5	0,9	1,0

Em Dezembro de 2009, a taxa de desemprego subiu para 10% na AE e para 9,6% na UE (9,9% e 9,5% em Novembro, respectivamente), tendência que se estendeu à generalidade dos países. No conjunto do ano de 2009, aquela taxa situou-se em 9,4% para a área do euro (7,6% em 2008).

Em Janeiro de 2010, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego voltaram a melhorar para a indústria transformadora.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

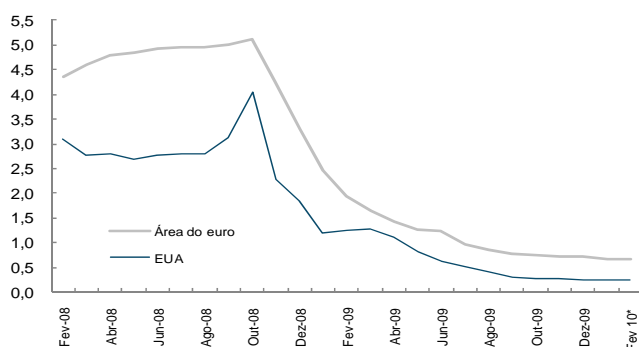
Em Janeiro de 2010, o indicador de sentimento económico subiu tanto na UE como na AE, abrangendo a generalidade dos indicadores de confiança, embora mais acentuado para os empresários do comércio a retalho.

Em Janeiro de 2010, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 1,0% (0,9% em Dezembro), em resultado da aceleração acentuada dos preços de energia, os quais aumentaram 4% (1,8% em Dezembro). A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados abrandou para 0,9% (1% em Dezembro).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se a um nível baixo tanto na área do euro como nos EUA, situando-se, em Fevereiro, em média até ao dia 24, em 0,66% e em 0,25%, respectivamente (0,68% e em 0,25%, no mês de Janeiro, respectivamente). A 19 de Fevereiro, a reserva Federal dos EUA aumentou a taxa de desconto em 25 p.b. para 0,75%, indiciando o início de uma orientação mais restritiva da política monetária.

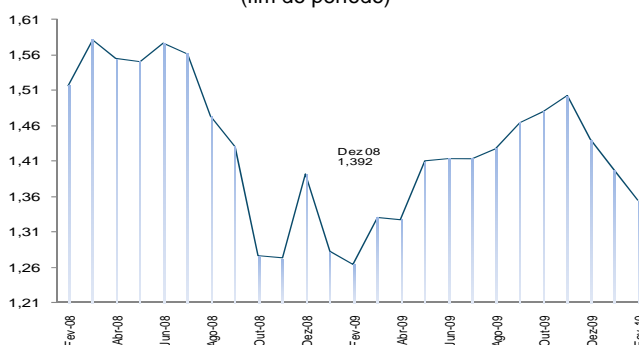
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 24.

Em Janeiro de 2010, as taxas de juro de longo prazo subiram tanto na área do euro como nos EUA, tendo este movimento sido mais acentuado para o último caso. Neste período, assistiu-se também a um aumento do diferencial entre a rentabilidade das taxas de juro de longo prazo de alguns países do sul da Europa face à Alemanha, traduzindo algumas preocupações relativas ao saneamento das finanças públicas.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Fevereiro, o valor é do dia 24.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

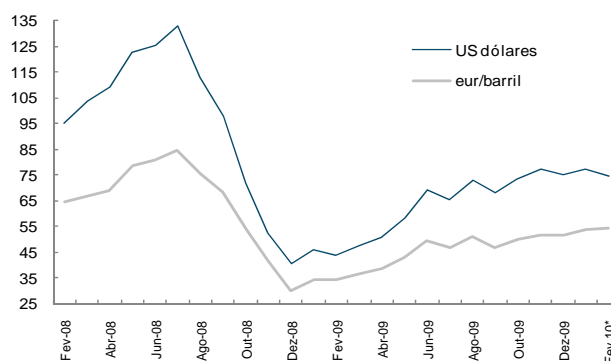
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008					2009			2010
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,70	2,93	1,51	1,10	0,75	0,70	0,72	0,72	0,70	0,67
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,26	3,25	2,74	3,31	3,52	3,46	3,39	3,40	3,59	3,73
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,83	4,04	3,90	3,97	3,79	3,67	3,68	3,68	3,65	3,75
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,441	1,392	1,331	1,413	1,464	1,441	1,480	1,502	1,441	1,397
Dow Jones*	VC	Yahoo	18,8	-19,1	-13,3	11,0	15,0	7,4	0,0	6,5	0,8	-3,5
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	21,1	-19,4	-15,4	16,0	19,6	3,2	-4,5	2,0	6,0	-6,2
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	62,45	54,93	45,73	59,58	69,00	75,51	73,77	77,43	75,33	77,16
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-30,7	-31,8	-45,6	-42,8	-36,6	22,4	-7,7	25,8	71,8	56,5
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	45,6	41,6	33,6	43,8	51,5	53,5	51,8	55,7	52,9	54,5

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009 corresponde à média diária do IGCP.

Em Fevereiro de 2010, a taxa de câmbio do euro face ao dólar continuou a depreciar-se, tendo atingido, no dia 24, em (1,35), representando uma depreciação de 6% face ao final do ano de 2009. Esta evolução parece reflectir o aumento da incerteza relacionada com o ritmo da recuperação económica na área do euro face à economia norte americana.

Em Janeiro de 2010, o índice de preços relativo do petróleo importado subiu para 54,5 (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em Fevereiro, e até dia 24, o preço do petróleo Brent desceu ligeiramente para se situar, em média, em 74 USD/bbl (54 €/bbl). Esta diminuição pode reflectir a perspectiva de menor procura proveniente da China associada aos efeitos na actividade económica proveniente da imposição de condições financeiras mais restritivas aos bancos.

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 24.

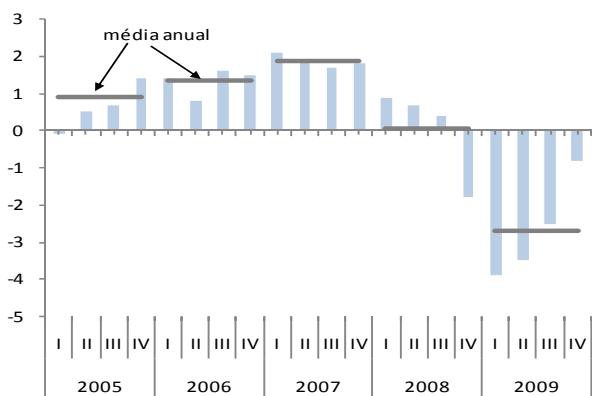
O preço das matérias-primas não energéticas desacelerou ligeiramente para 26% em termos homólogos em Janeiro de 2010 (27% em Dezembro), devido ao crescimento menos acentuado dos preços dos produtos alimentares, os quais passaram de um aumento de 18% em Dezembro de 2009, para 11%. Pelo contrário, o preço das restantes matérias-primas acelerou, tendo sido particularmente significativa nos metais.

2. Conjuntura Nacional

Actividade Económica e Oferta

De acordo com a estimativa rápida do INE, no 4.º trimestre, o PIB terá registado uma quebra real de 0,8%, representando uma significativa recuperação face ao ocorrido nos 4 anteriores trimestres. Para o ano de 2009 estima-se que o PIB terá registado uma quebra de 2,7% (variação nula em 2008).

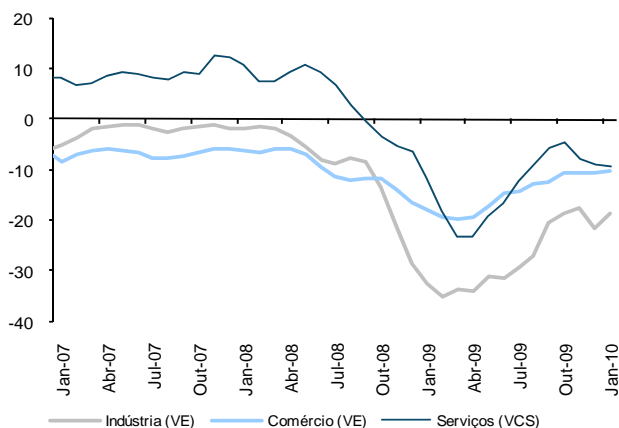
Figura 2.1. PIB
(VH real, %)



Fonte: INE.

Os indicadores de confiança, em Janeiro de 2010, apresentaram um comportamento diferenciado face ao mês anterior.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



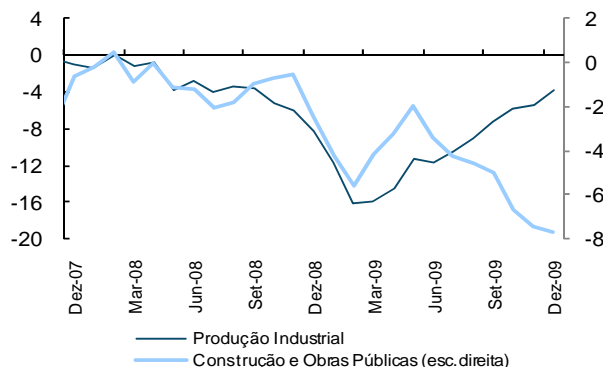
Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008	2009					2009			2010
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan	
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-2,7	-1,8	-3,9	-3,5	-2,5	-0,8	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	917	92,5	77,7	65,1	68,3	81,5	85,1	87,4	86,6	92,6	
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-27	-29	-34	-31	-21	-22	-24	-18	-23	-16	
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-14	-16	-20	-15	-12	-11	-9	-11	-12	-8	
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	-14	-6	-23	-17	-6	-9	-5	-13	-8	-6	
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-46	-46	-49	-46	-46	-46	-45	-45	-47	-47	
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-9,9	-8,3	-16,1	-11,7	-7,2	-3,8	-5,2	-4,5	-1,7	:	
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-16,5	-10,5	-23,4	-20,6	-16,3	-4,6	-11,2	-3,4	2,7	:	
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-12,2	-6,5	-13,9	-15,8	-11,0	-8,0	-10,7	-6,7	-6,6	:	

Assim, as opiniões dos empresários apresentaram-se mais favoráveis no comércio, ma indústria e nos outros serviços e estabilizaram na construção.

Figura 2.3. Índices de Produção
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

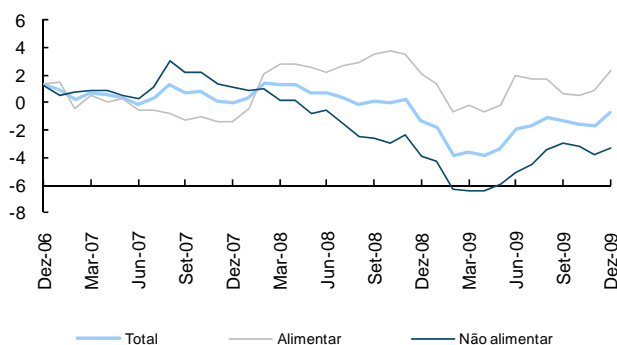
Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 4.º trimestre, em termos homólogos, indicam que:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios apresentaram quebras de 3,8% e 4,6%, respectivamente (-7,2% e -16,3% no 3.º trimestre);
- o índice de produção na construção e obras públicas diminuiu 7,7% (-5% no trimestre precedente);
- nos serviços, o índice de volume de negócios diminuiu 8% (-11% no trimestre anterior).

Consumo Privado

O índice de volume de negócios no comércio a retalho registou, no 4.º trimestre, uma quebra homóloga de 0,7%, recuperando face à variação homóloga negativa de 1,3% ocorrida no trimestre anterior. Para esta evolução favorável contribuiu sobretudo a categoria dos bens alimentares, que melhorou em 1,6p.p. face ao trimestre anterior.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

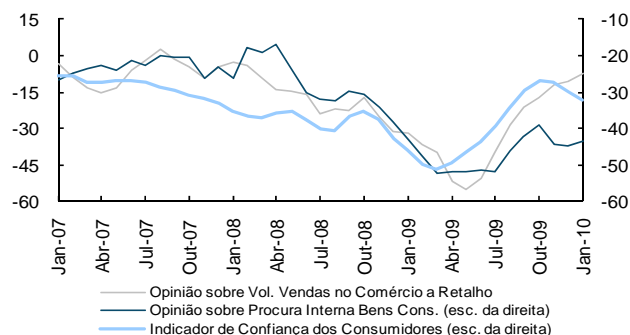


Fonte: INE.

No trimestre terminado em Janeiro, o indicador de confiança dos consumidores diminuiu ligeiramente, interrompendo assim a tendência de recuperação que vinha registando. Esta evolução reflecte uma melhoria das perspectivas dos consumidores sobre a situação financeira dos agregados familiares, mas uma deterioração no que toca à evolução da situação económica do país e do desemprego.

Em sentido positivo, as opiniões dos empresários do comércio a retalho quanto à evolução do sector melhoram significativamente face ao trimestre anterior. Na indústria transformadora, também, registou-se uma recuperação das opiniões dos empresários a respeito da evolução da procura interna por bens de consumo.

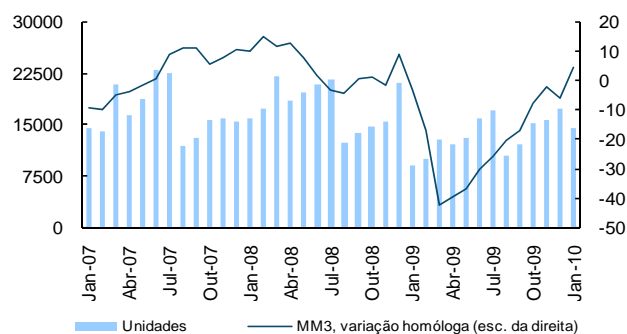
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

O início do ano foi marcado por uma recuperação do mercado de automóveis ligeiros de passageiros, com a venda de automóveis a apresentar um crescimento homólogo de 62,1% em Janeiro de 2010.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008					2009			2010
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	:	1,1	-14	-0,9	-1,1	:	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-39	-43	-51	-43	-29	-30	-25	-30	-34	-32
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-31	-31	-40	-50	-21	-11	-11	-10	-11	-1
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-1,9	-1,3	-3,6	-1,9	-1,3	-0,7	-1,1	-2,6	1,7	:
Bens alimentares	VH	"	12	2,0	-0,2	1,9	0,7	2,3	0,7	0,3	6,2	:
Bens não alimentares	VH	"	-4,5	-3,9	-6,4	-5,1	-2,9	-3,3	-2,6	-5,1	-2,1	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-24,5	9,1	-42,5	-30,2	-16,7	-6,0	3,5	1,3	-17,9	62,1
Importações de bens de consumo***	VH	INE	:	5,4	2,2	-2,2	-3,7	-3,3	-6,9	-6,0	:	:

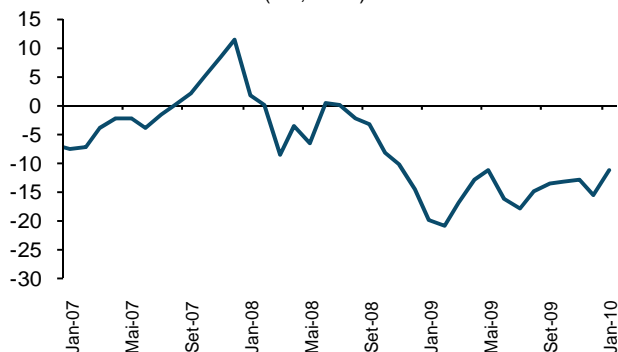
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para Janeiro registaram um comportamento favorável, tendo apresentado uma melhoria em todas as componentes face ao mês anterior. Assim:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra de 5,5%, em termos homólogos (-15,5% no trimestre precedente);

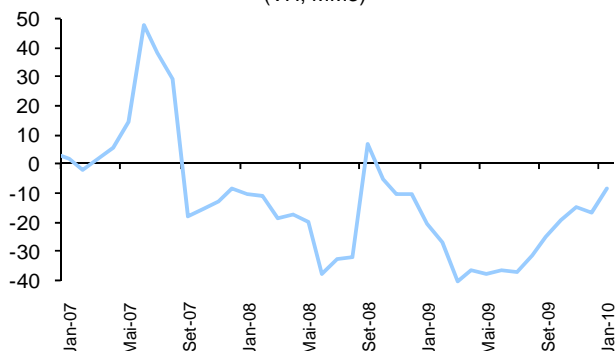
Figura 2.7. Vendas de Cimento
(VH, MM3)



Fontes: SECIL e CIMPOR.

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma variação homóloga de 25,1% (-16,8% no 4.º trimestre);

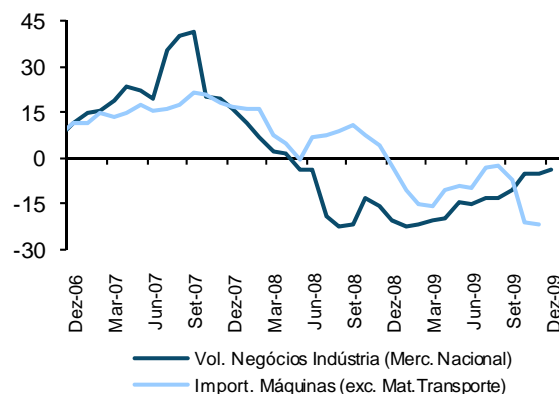
Figura 2.8. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP

- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram um comportamento menos desfavorável face ao trimestre anterior.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

No 4.º trimestre, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou uma quebra, em termos homólogos, de 3,3% (-10,3% no 3.º trimestre).

Nos meses de Outubro e Novembro, as importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram uma quebra, em termos homólogos nominais, de 21,8% (-7,1% no 3.º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

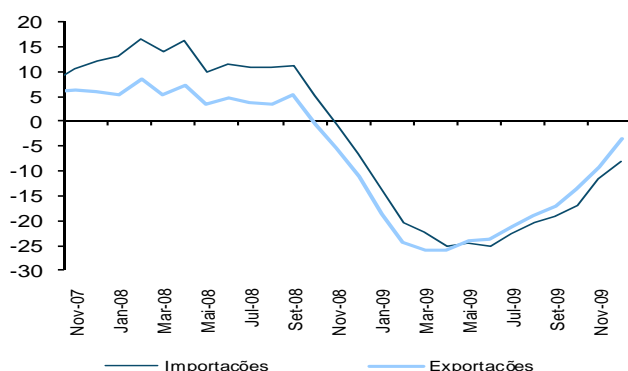
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008	2009				2009			2010
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-12	-7,9	-14,5	-14,7	:	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-15,6	-14,7	-16,9	-16,1	-13,8	-15,5	-18,1	-5,1	-23,7	-5,5
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-29,8	-10,2	-40,5	-36,5	-25,0	-16,8	-19,1	-10,5	-19,9	25,1
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	-40,1	-23,0	-38,2	-47,4	-24,1	-50,4	-47,3	-59,6	-44,4	-45,6
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-29	-30	-37	-33	-30	-17	-11	-20	-20	-16
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-39,5	-47,4	-47,6	-48,0	-39,0	-23,4	-42,8	-22,0	3,5	:
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	:	-2,5	-16,1	-9,6	-7,1	:	-25,9	-17,6	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	-12,4	-20,1	-20,4	-15,3	-10,3	-3,6	0,9	-7,1	-4,5	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em 2009, os fluxos de comércio internacional deterioraram-se significativamente, com as importações e as exportações a caírem significativamente no primeiro semestre do ano (comportamento que se tinha iniciado no final de 2008), mas a apresentarem sinais de recuperação no segundo semestre. Esta recuperação tem sido mais significativa do lado das exportações, as quais registam, em Dezembro, uma taxa de variação homóloga mensal positiva de 3,7%, a primeira desde Setembro de 2008. Por outro lado, a variação das importações permaneceu ainda negativa em -3,2%. Contudo, devido ao comportamento negativo registado ao longo do ano e ao peso mais significativo das importações em relação às exportações face ao PIB, o défice da Balança de bens reduziu-se em 2009, cifrando-se em 16,9 mil milhões de euros.

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

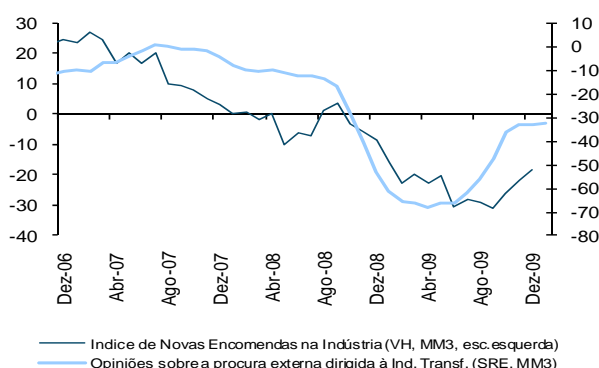


Fonte: INE.

Esta evolução do comércio internacional aponta para a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida.

Os dados mais recentes sobre as novas encomendas à indústria e as opiniões dos empresários sobre procura externa na indústria continuam a sugerir que a procura externa mantenha uma evolução crescentemente favorável nos próximos meses.

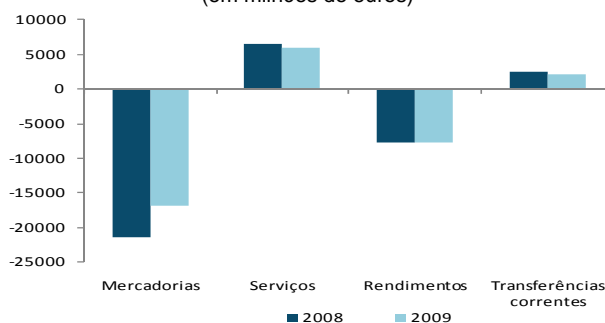
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Em 2009, o défice acumulado da balança corrente foi de 15,1 mil milhões de euros, o que representa uma redução de 2,3 mil milhões de euros face a 2008.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

Para esta melhoria contribuiu essencialmente a diminuição do défice da balança de bens, e, em menor grau, o da balança de rendimentos (em 50 milhões de euros). A balança de serviços e a de transferências correntes apresentaram reduções dos seus saldos excedentários de 560 e 326 milhões de euros, respectivamente.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008					2009			
				4T	1T	2T	3T	4T	Set	Out	Nov	Dez
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-0,5	0,9	-8,9	-19,0	-15,8	-9,7	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	2,1	3,4	-4,4	-14,4	-14,4	-8,0	-	-	-	-
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-9,6	-10,6	-9,1	-8,0	-6,4	-8,0	-	-	-	-
Necessid. de financiamento da econ	% PIB	"	-10,3	-12,1	-8,3	-11,2	-6,6	-8,6	-	-	-	-
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-10,6	5,3	-11,1	-26,0	-24,0	-17,4	-14,7	-10,2	-2,0	3,7
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-5,8	11,3	-6,4	-22,2	-25,1	-19,3	-14,5	-15,5	-4,3	-3,2

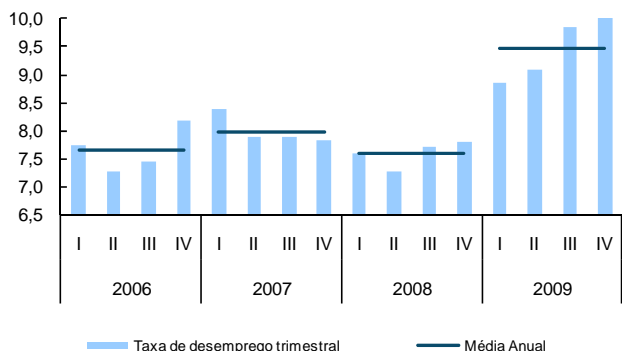
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009			
				Dez	Jan-Dez	Dez	Jan-Dez	Var. Ac.	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-17416	-1 293	-17 416	-2 433	-15 094	2 323	
Saldo Balança de Bens	"	"	-21362	-1 757	-21 362	-1 521	-16 862	4 499	
Saldo Balança de Serviços	"	"	6548	514	6 548	542	5 988	-560	
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7817	-712	-7 817	-1 886	-7 768	50	
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2468	181	2 468	332	2 142	-326	

*valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados divulgados pelo INE, no 4.º trimestre de 2009 a taxa de desemprego fixou-se em 10,1%, aumentando face ao trimestre precedente (+0,3p.p.). No conjunto de 2009, a taxa média anual foi de 9,5% (mais 1,9p.p. que no ano anterior).

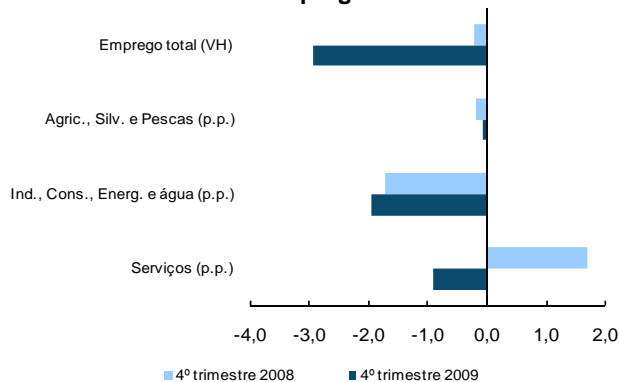
Figura 2.13. Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE.

A variação homóloga do emprego total no 4.º trimestre diminuiu para -3%, reflectindo o agravamento dos contributos negativos de todos os sectores de actividade, destacando-se o forte contributo negativo da indústria, construção, energia e água. Para o ano a quebra do emprego total foi de 2,8%, em termos homólogos.

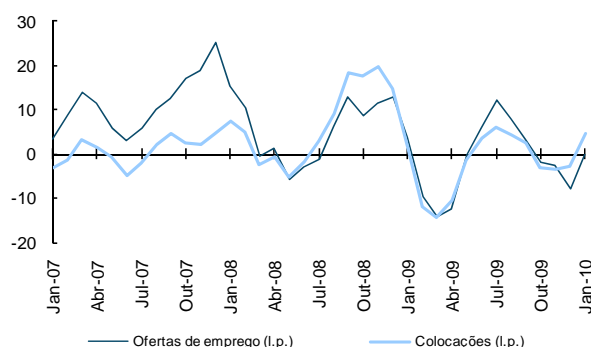
Figura 2.14. Contributos para o Crescimento do Emprego



Fonte: IEFP

No final de Janeiro, o número total de pedidos de emprego ascendia a cerca de 560 mil, mais 25,1% que em igual período de 2009. Contudo, quer as ofertas de emprego quer as colocações recuperaram De facto, em termos homólogos, as ofertas de emprego registaram uma variação de 15% (-10,4% em Dezembro) e as colocações aumentaram 8,3% (aumento de 11,3% em Dezembro).

Figura 2.15. Ofertas e Colocações (MM3, VH, %)



Fonte: MTSS.

Até ao final de Janeiro, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registaram um crescimento homólogo de 1,6%, abrandando significativamente face ao mês anterior. O número de trabalhadores abrangidos ascendeu a cerca de 27 mil trabalhadores, o que representa uma diminuição de cerca de 9 mil face a Janeiro de 2009.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

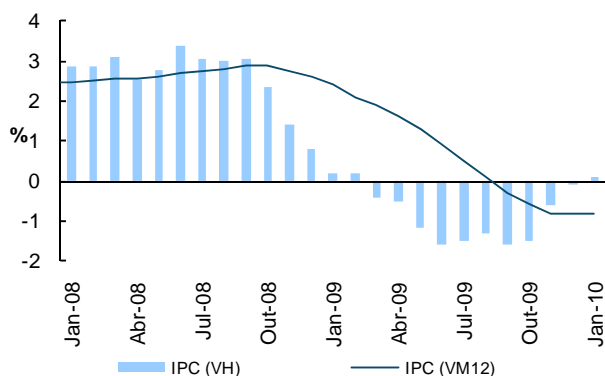
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008	2009				2009			2010
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan
Taxa de Desemprego	%	INE	9,5	7,8	8,9	9,1	9,8	10,1	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-0,2	-1,8	-2,9	-3,4	-3,0	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	12,1	6,6	23,8	28,1	29,1	26,1	29,1	28,2	26,1	25,1
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	14,3	25,6	38,3	23,3	14,8	0,4	-0,8	3,2	-1,5	-1,0
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	3,3	12,8	-14,1	5,7	3,5	-18,5	-8,6	-4,6	-50,3	15,0
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,8	3,1	2,5	3,0	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	16
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	3,8	4,6	2,6	4,8	4,9	2,8	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	:	4,4	3,8	4,3	3,2	:	-	-	-	-

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em Janeiro, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi 0,1%, 0,2p.p. acima do verificado no mês anterior. A variação em relação ao mês anterior foi de -0,5% (+0,1% em Dezembro de 2009).

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)

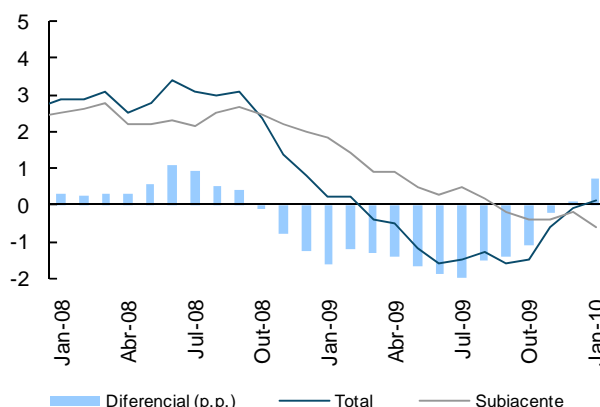


Fonte: INE.

Para esta evolução contribuiu a queda, em termos homólogos, de 4,6% dos preços dos Produtos alimentares e bebidas e de 2,3% dos preços da Saúde. No sentido contrário, o preço dos Transportes acelerou para 3,8% em termos homólogos, apresentando o maior contributo positivo para a variação homóloga dos preços.

A inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) diminuiu para -0,6%, aumentando o diferencial face ao IPC total.

Figura 2.17. IPC Total e IPC Subjacente
(VH, %)

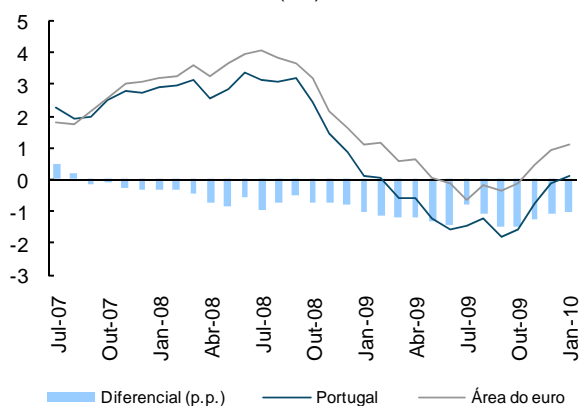


Fontes: INE.

A taxa de variação homóloga dos preços dos bens aumentou para -0,5%, 0,4p.p. superior ao valor registado em Dezembro, facto determinante para o aumento da taxa de variação do IPC, enquanto que, nos serviços, a taxa de variação homóloga diminuiu para 0,9% (1,4% em Dezembro).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 0,1% no mês de Janeiro, 1p.p. abaixo da variação homóloga na área do euro (1,1%).

Figura 2.18. IHPC
(VH)



Fonte: Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

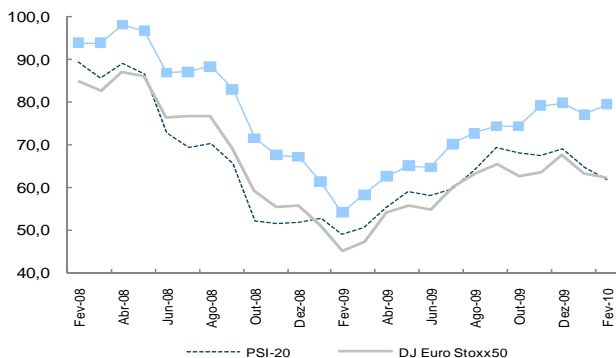
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009											
				Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan			
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,2	0,1	-0,5	-0,3	0,2	0,0	0,2	0,1	-0,5			
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	-1,2	-1,6	-1,5	-1,3	-1,6	-1,5	-0,6	-0,1	0,1			
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	-0,8	1,3	0,9	0,5	0,1	-0,3	-0,6	-0,8	-0,8	-0,8			
IPC – Bens	VH	"	2,4	-2,9	-3,5	-3,8	-3,3	-3,6	-3,1	-1,8	-0,9	-0,5			
IPC – Serviços	"	"	1,7	1,8	1,9	2,1	1,9	1,4	1,1	1,2	1,4	0,9			
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,4	0,5	0,3	0,5	0,2	-0,2	-0,4	-0,4	-0,2	-0,6			
IHPC	"	"	-0,9	-1,2	-1,6	-1,4	-1,2	-1,8	-1,6	-0,8	-0,1	0,1			
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	1,1	-1,3	-1,4	-0,8	-1,0	-1,5	-1,5	-1,2	-1,1	-1,0			

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Prosseguindo o movimento descendente do início do ano, os índices bolsistas internacionais continuaram a registar perdas em Fevereiro de 2010. Esta evolução tem vindo a ser influenciada pela proposta de nova regulamentação bancária dos EUA, pela imposição, na China, de condições mais restritivas na concessão do crédito e, pelas preocupações crescentes relativas ao desequilíbrio das finanças públicas na área do euro.

Em termos médios e, até 24 de Fevereiro, os índices *DJ Euro Stoxx50* e *Dow Jones* caíram 7,9% e 2,1%, respectivamente, face ao final de Dezembro de 2009.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(Abril 2007=100, fim do período)



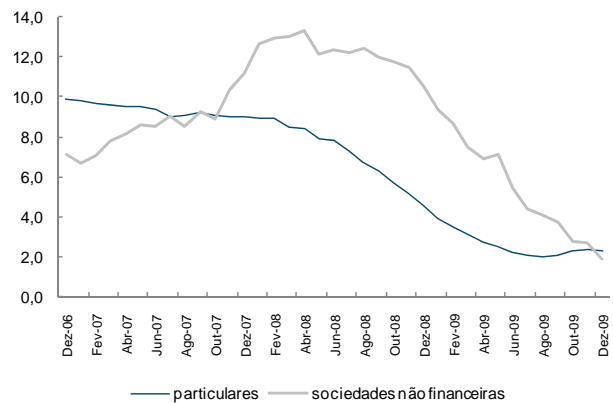
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Fevereiro, o valor é do dia 24.

A evolução do índice PSI-20 tem sido, em parte, influenciada pelo desenvolvimento desfavorável dos índices bolsistas internacionais. Em termos médios e, até 24 de Fevereiro, o índice PSI-20 diminuiu 10% face ao final do ano de 2009.

Em Dezembro de 2009, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro diminuiu para 2,1% (2,5% em Novembro), em resultado sobretudo da desaceleração do crédito destinado às empresas, o qual se situou em 1,9% (2,7% em Novembro).

O crédito destinado aos particulares também desacelerou, embora ligeiramente, para 2,3% (2,4% em Novembro), em virtude do abrandamento do crédito ao consumo e da quebra verificada no crédito destinado a outros fins. Pelo contrário, o crédito à habitação acelerou para 2,6%.

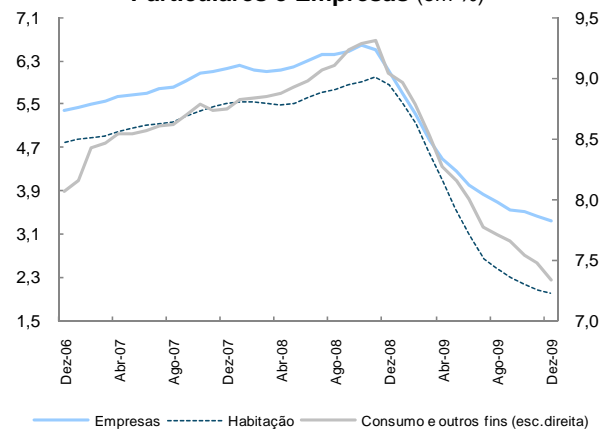
Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para os particulares como para as empresas não financeiras, tendo sido mais acentuada para os primeiros, devido à descida do crédito para o consumo e outros fins, cuja taxa caiu para 7,3% em Dezembro de 2009 (7,5% em Novembro). Mas, para o conjunto do ano de 2009, a taxa de juro que mais diminuiu situou-se no crédito à habitação, a qual diminuiu para 2% em Dezembro de 2009 (5,9% em finais de 2008).

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

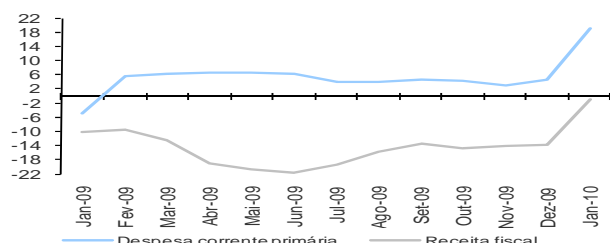
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009												2010
				Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan				
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	4,4	4,4	3,9	3,9	3,8	3,8	3,8	3,8	4,0	4,4			
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	65	80	99	59	68	62	55	59	65	120				
PSI 20*	VC	CMVM	33,5	6,9	-16	2,6	7,3	8,3	-16	-10	2,5	-6,3				
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,6	2,7	2,5	2,3	2,3	2,3	2,5	2,5	2,6	:				
- para consumo	va**	"	1,7	4,3	4,1	3,1	2,6	2,7	2,4	2,2	1,7	:				
Empréstimos a empresas	va**	"	1,9	7,1	5,4	4,4	4,1	3,7	2,8	2,7	1,9	:				
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,00	3,56	3,08	2,64	2,45	2,30	2,17	2,07	2,00	:				
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,34	4,27	4,01	3,82	3,70	3,55	3,51	3,43	3,34	:				

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Em Janeiro de 2010, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 1162 milhões de euros, apresentando um agravamento de 591 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 1077 milhões de euros, que compara com um défice primário de 381 milhões de euros no mesmo período do ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2009, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita fiscal de 0,9%, justificada pelo decréscimo de 2,2% na receita dos impostos directos enquanto os impostos indirectos apresentaram uma variação nula. No que se refere os impostos directos, destaca-se a redução de 3,9 no IRS em virtude do diferente padrão intra-anual de transferência de IRS para os municípios e o crescimento do IRC em 22,6% devido à diminuição, este ano, dos reembolsos e da derrama, cujas entregas passam a ser concretizadas com a cobrança. Relativamente aos impostos indirectos, realça-se a manutenção do valor do ISP, a variação positiva do Imposto sobre o Tabaco devido ao aumento da introdução ao consumo no final do ano passado, a redução do Imposto sobre Veículos reflectindo a evolução das vendas até ao final do ano anterior e a variação positiva do IVA (3,6%), um sinal de que a recuperação da economia está em curso; e
- um acréscimo da despesa total em 13,6%, em virtude do diferente padrão intra-anual do pagamento da contribuição financeira para a UE. Excluindo este efeito, a despesa crescerá 1,8%. As despesas com o pessoal apresentam um crescimento de 3,7%, em termos comparáveis¹, dado que o aumento salarial de 2009 não está ainda reflectido nos dados de Janeiro desse ano. O crescimento da despesa com bens e serviços correntes foi apenas de 0,3%.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

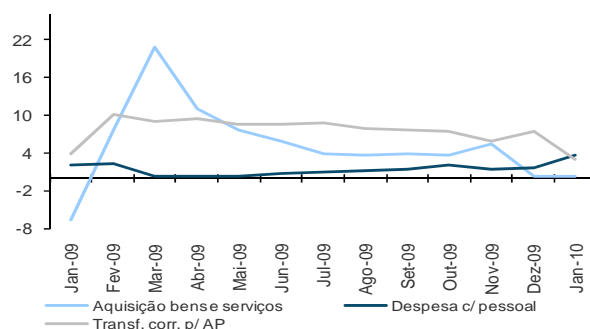
	2009		2010		2009				2010	
	Jan a Jan		Jan a Jan		Out		Nov		Dez	
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)					
Receita Total	2846	2720	7,9	7,5	-14,1	-13,9	-15,0	-4,4		
Receita corrente	2804	2652	8,1	7,7	-12,9	-12,4	-12,2	-5,4		
Impostos directos	972	951	7,1	7,0	-12,3	-12,3	-11,9	-2,2		
Impostos indirectos	1471	1470	8,5	8,5	-16,5	-15,5	-15,4	0,0		
Despesa Total	3417	3882	6,8	7,7	5,8	4,6	6,0	13,6		
Despesa corrente primária	2970	3534	7,3	8,8	4,2	3,0	4,5	19,0		
Despesa corrente	3160	3620	6,9	7,9	4,2	3,0	4,3	14,6		
Despesa com pessoal	749	759	6,5	6,8	-18,2	-19,3	-17,5	1,4		
Aquisição bens e serviços	34	34	2,1	2,0	3,7	5,5	0,3	0,3		
Subsídios	13	31	1,7	4,4	-60,2	-58,0	-31,4	136,1		
Juros	190	85	3,7	1,5	3,6	2,6	2,5	-55,2		
Transferências corr. p/ AP	1993	2068	8,5	8,9	22,4	22,0	22,0	3,8		
Saldo Global	-571	-1162	-	-	-	-	-	-		
Saldo Primário	-381	-1077	-	-	-	-	-	-		

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

Os encargos com juros decresceram significativamente reflectindo o diferente comportamento intra-anual desta rubrica. As transferências correntes para as Administrações Públicas, corrigidas da compensação pelo pagamento de pensões da responsabilidade do Estado, cresceram 2,9%. Esta evolução reflecte, sobretudo, o acréscimo das transferências para a Segurança Social em 11,7%. Os subsídios registaram um aumento significativo (136,1%) devido à maior concentração, em 2010, de pagamentos relativos às indemnizações compensatórias e a bonificações de juros e ainda os subsídios relativos aos incentivos aos apoios à instalação de painéis solares (em 2009, estes subsídios só tiveram expressão orçamental a partir de Abril).

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.

Fontes: DGO e GPEARI.

Em Janeiro de 2010, a dívida directa do Estado situou-se nos 133,7 mil milhões de euros, constatando-se um aumento de 998 milhões de euros face ao final do ano anterior, isto é, uma variação de 0,8%. A variação da dívida reflectiu, essencialmente, a emissão líquida de Obrigações do Tesouro e CEDIC, parcialmente compensada pela amortização líquida de Bilhetes do Tesouro e Certificados de Aforro.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado

	31-Dez-09				Jan-10				01-Jan-10
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	
Transaccionável	112 009	4 446	4 292	20	112 183				
Bilhetes do Tesouro	17 231	1 924	4 139	0	15 017				
Obrigações do Tesouro	90 907	1 054	0	-54	92 907				
Não Transaccionável	20 738	3 926	3 102	0	21 562				
Certificados de Aforro	16 871	59	106	0	16 824				
CEDIC	3 787	3 152	2 502	0	4 436				
Total	132 747	8 373	7 394	20	133 745				

Fonte: IGCP.

¹ Excluindo, em 2009, a componente referente ao pagamento de pensões da responsabilidade do Estado.

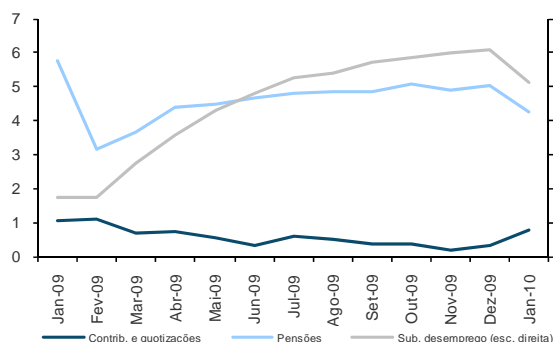
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Em Janeiro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 364 milhões de euros, representando uma redução de 19,5 milhões de euros face ao mesmo período de 2009.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

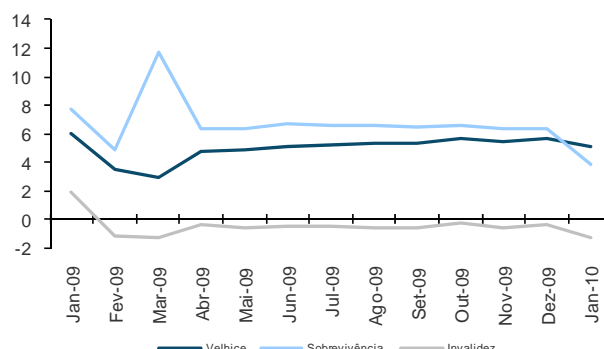
- um aumento da receita corrente em 2,9% em resultado do aumento das contribuições e quotizações (0,8%) e das transferências correntes da Administração Central (11,3%); e
- um aumento da despesa corrente em 4,9%, reflectindo, principalmente, a subida da despesa em prestações sociais, nomeadamente, pensões (4,2%), subsídio de desemprego e apoio ao emprego (25,6%), subsídio familiar a crianças e a jovens (6,8%) e, embora com menor peso, rendimento social de inserção (21,5%) e complemento solidário para idosos (10,0%). No que respeita ao número de beneficiários, destaca-se um aumento de 28,9% no subsídio de desemprego e social de desemprego e uma redução de 33,9% no subsídio de doença.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



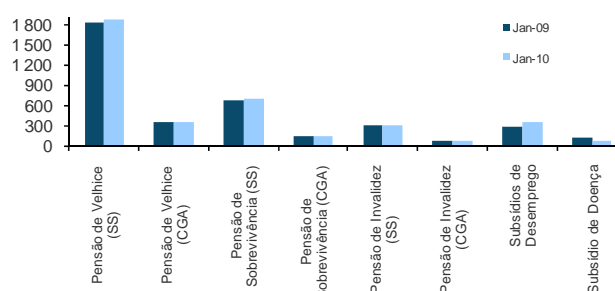
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em Janeiro, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 142,8 milhões de euros, o qual compara com um saldo de 120,9 milhões de euros no período homólogo. A receita corrente cresceu 8,6%, devido ao aumento das contribuições (27,0%) enquanto que as transferências correntes se mantiveram virtualmente estáveis. A despesa corrente aumentou 6,6%, reflectindo, principalmente, os aumentos das despesas em pensões (6,4%) e, com peso diminuto, da aquisição de bens e serviços (120,5%).

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social						Caixa Geral de Aposentações					
	2009			2010			2009			2010		
	Jan a Jan			Jan a Jan			Jan a Jan			Jan a Jan		
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)
Receita Total	1927	1982	2,8	8,7	8,4	692	751	8,6	8,6	9,8		
Contribuições e quotizações	1252	1262	0,8	9,6	9,1	223	283	27,0	6,8	7,2		
Transferências correntes da Adm. Central	544	606	11,3	8,5	8,9	467	467	0,1	11,0	11,9		
Despesa Total	1543	1618	4,8	7,2	7,3	571	608	6,6	7,0	7,7		
Pensões	951	991	4,2	7,3	7,3	568	605	6,4	7,0	7,7		
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	142	178	25,6	8,0	11,3	-	-	-	-	-		
Prestações e acção social	344	346	0,5	8,6	8,4	-	-	-	-	-		
Saldo Global	384	364	-	-	-	121	143	-	-	-		

Fontes: DGO e GPEARl.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Em Janeiro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 466,6 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 38,5 milhões de euros face a Janeiro de 2009. Chama-se a atenção para o facto de que a comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afectada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se reflectem nas taxas de variação apresentadas².

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um aumento na receita de 0,5%, explicada pelo crescimento da receita corrente, em 2,0%, em virtude da variação de 18,0% nas contribuições e do aumento de 1,3% nas transferências correntes. Por outro lado, a receita de capital reduziu-se 42,6% tendo as transferências de capital caído 40,6%; e
- uma redução da despesa em 2,1%, com a despesa corrente a reduzir-se 2,2%, sendo parcialmente compensada pelo aumento da despesa de capital em 1,1%. Para a redução da despesa corrente contribuíram as despesas com o pessoal (-20,8%), os subsídios (-73,3%) e as outras despesas correntes (-40,2%). Em sentido contrário, verificaram-se aumentos nas rubricas de aquisição de bens e serviços (6,9%) e nas transferências correntes (3,6%). Relativamente ao crescimento da despesa de capital registam-se aumentos no investimento (35,1%) e nas outras despesas de capital (7,7%). As rubricas da despesa com pessoal e aquisição de bens e serviços são particularmente afectadas pelas referidas alterações ao universo considerado.

Serviço Nacional de Saúde

Em 2009, a execução financeira consolidada do SNS, numa óptica de compromissos e numa base comparável, registou um défice de 216,7 milhões de euros, com um crescimento da despesa (5,5%) superior ao da receita (4,6%). Para o aumento da despesa contribuiu essencialmente o crescimento dos subcontratos em 5,2%.

Em Janeiro de 2010, o excedente global provisório do Serviço Nacional de Saúde (SNS), na componente integrada nos serviços da administração pública e na óptica da contabilidade pública, cifrou-se em 181,2 milhões de euros, registando um aumento de 17 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- uma redução de 1,2% na receita devido à diminuição das outras receitas correntes (-78,3%) enquanto que, em sentido contrário, registou-se um aumento transferências correntes (1,0%); e
- uma redução da despesa em 4,8%, justificada pela diminuição da despesa com pessoal (-38,4%), das transferências correntes (-78,9%) e das outras despesas correntes (-44,9%). A aquisição de bens e serviços, por outro lado, aumentou 7,0%. Saliente-se que, como já referido, o comportamento da despesa reflecte, em parte, os efeitos das alterações de universo consideradas, nomeadamente as operações de empresarialização de hospitais ocorridas durante o ano de 2009, as quais se consubstanciam principalmente numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)				Serviço Nacional de Saúde			
	2008	2009	2009		2008	2009	2009	
	Jan		Dez	Jan	Jan		Dez	Jan
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	1835	1844	-0,4	0,5	692	684	1,6	-1,2
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	240	283	-38,4	18,0	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	1316	1347	30,9	2,4	673	679	3,8	1,0
Despesa Total	1407	1378	0,1	-2,1	528	502	-0,1	-4,8
Despesa com pessoal	200	158	-21,0	-20,8	64	40	-35,5	-38,4
Aquisição de bens e serviços	423	452	-1,9	6,9	402	431	-1,0	7,0
Transferências correntes	667	691	4,6	3,6	6	1	-23,0	-78,9
Saldo Global	428	467	-	-	164	181	-	-

Fonte: DGO.

² Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório da proposta do Orçamento do Estado para 2010.

Administrações Local e Regional

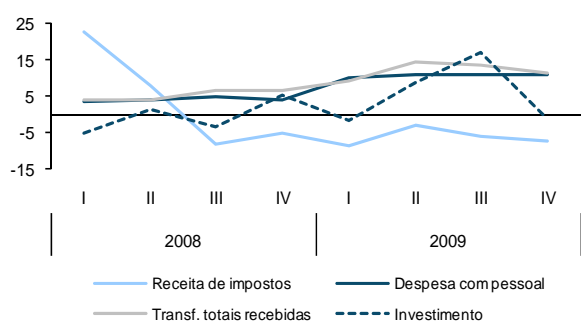
Administração Local*

Em 2009, e na óptica da contabilidade pública, o défice provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 649,3 milhões de euros, o que significa uma deterioração de 346,1 milhões de euros relativamente a 2008, considerando o mesmo universo.

A execução orçamental da Administração Local, face a 2008, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 0,2%, influenciada, principalmente, pelo aumento das transferências correntes e de capital, nomeadamente as recebidas ao abrigo da Lei das Finanças Locais, nos rendimentos da propriedade e nas outras receitas de capital; inversamente, observou-se um decréscimo na receita fiscal - devido à diminuição de 29,6% nos impostos indirectos e de 4,8% nos impostos directos -, na venda de bens de investimento, na venda de bens e serviços correntes, nas reposições não abatidas aos pagamentos e nas outras receitas correntes; e
- um aumento da despesa total em 4,8%, reflectindo, especialmente, o aumento das despesas com pessoal (11,1%), dos subsídios (8,1%), das transferências (6,2%), da aquisição de bens e serviços (4,3%) e das outras despesas de capital (128,6%). O aumento da despesa com pessoal deve-se, fundamentalmente, à transferência efectiva de competências do Ministério da Educação para a Administração Local, especialmente no que diz respeito ao pessoal não docente.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

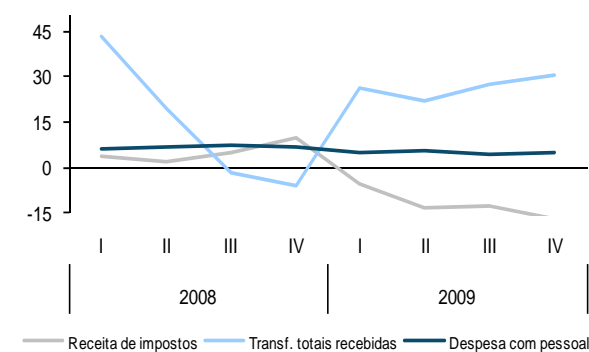
Administração Regional

Em 2009, e na óptica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 147,0 milhões de euros, que compara com um défice de 171,4 milhões de euros no ano anterior, representando uma melhoria de 24 milhões de euros.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2008, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 5,4%, reflectindo o comportamento negativo quer das receitas de capital (-9,4%) quer das receitas correntes (-4,4%). É de salientar a queda na receita dos impostos directos (-19,8%) e dos impostos indirectos (-14,6%); e
- uma diminuição da despesa total em 6,1%, que reflecte, essencialmente, os decréscimos do investimento (-31,4%), da aquisição de bens e serviços (-23,3%), nos juros e outros encargos (-14,9%) e das transferências de capital (-13,3%). As despesas de capital foram as que mais contribuíram para a queda registada na despesa total.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Local*				Administração Regional			
	2008		2009		2008		2009	
	Jan a Dez		Set	Dez	Jan a Dez		Set	Dez
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita total	7 021	7 207	3,8	0,2	2 116	2 002	-5,3	-5,4
Impostos	2 455	2 333	-6,0	-7,1	1 307	1 091	-12,7	-16,6
Transferências correntes	1 912	2 187	13,5	11,5	271	355	27,5	30,8
Despesa total	7 322	7 856	12,6	4,8	2 287	2 149	-10,7	-6,1
Pessoal	2 104	2 395	11,0	11,1	753	789	4,4	4,8
Aquisição de bens e serviços	1 734	1 861	12,8	4,3	406	311	-37,6	-23,3
Transferências correntes	494	537	12,3	6,2	437	495	13,5	13,2
Investimento	2 046	2 067	17,4	-1,2	342	234	-47,9	-31,4
Saldo global	- 301	- 649	-	-	- 171	- 147	-	-

Fonte: DGO.

Nota: * Os valores da AL para 2008 referem-se ao Universo Comparável.

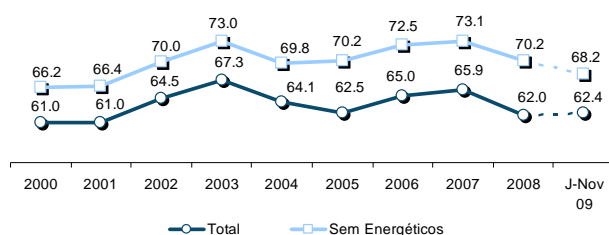
3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2009, as saídas ^[3] de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) decresceram 19,2% em termos homólogos, e as entradas 18,7% (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, verifica-se que no mesmo período as saídas decresceram 18,4% e as entradas 14,7%.

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Novembro			VH	
	2008	2009	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	35 626	28 645	-19.6	-9.3	-19.2
Entradas (cif)	56 978	45 905	-19.4	-10.0	-18.7
(fob)	54 294	43 743	-19.4	-10.0	-18.7
Saldo (fob-cif)	- 21 352	- 17 260	-19.2	-11.2	-17.8
(fob-fob)	- 18 668	- 15 098	-19.1	-11.4	-17.7
Cobertura (fob/cif)	62.5	62.4	-	-	-
(fob/fob)	65.6	65.5	-	-	-
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	33 505	27 207	-18.8	-10.6	-18.4
Entradas (cif)	47 233	39 913	-15.5	-9.0	-14.7
(fob)	45 008	38 033	-15.5	-9.0	-14.7
Saldo (fob-cif)	- 13 728	- 12 707	-7.4	-5.4	-5.9
(fob-fob)	- 11 503	- 10 827	-5.9	-4.7	-4.3
Cobertura (fob/cif)	70.9	68.2	-	-	-
(fob/fob)	74.4	71.5	-	-	-
Extra UE					
(milhões de Euros)					
				Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	9 943	7 827	-21.3	-14.3	-21.3
Importações (cif)	16 187	10 999	-32.1	-12.7	-32.1
(fob)	15 425	10 481	-32.1	-12.7	-32.1
Saldo (fob-cif)	- 6 244	- 3 171	-49.2	-8.2	-49.2
(fob-fob)	- 5 481	- 2 653	-51.6	-7.3	-51.6
Cobertura (fob/cif)	61.4	71.2	-	-	-
(fob/fob)	64.5	74.7	-	-	-

Nota 1: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Dezembro, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que são uma versão preliminar do período de Janeiro a Novembro.

Nota 2: Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008 e 2009: 0.9529

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE na publicação "Síntese Estatística do Comércio Internacional" nº 11/2009:

www.gee.min-economia.pt

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Novembro de 2009 e os do comércio extra-comunitário relativos ao período de Janeiro a Dezembro de 2009, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2008, são os implícitos numa 2ª versão do ano. No que respeita ao comércio intracomunitário, em ambos os anos estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 400 mil euros para as chegadas e 550 mil para as expedições, em 2009, o que corresponderá a uma taxa de cobertura do comércio Intracomunitário de 95% nas chegadas e nas expedições), bem como estimativas das não-respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os Países Terceiros. Paralelamente, "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos Países Terceiros.

Nos últimos três meses (Setembro a Novembro), excluindo os produtos energéticos, as saídas acusaram uma diminuição de 10,6% face ao período homólogo do ano anterior, tendo as entradas registado uma descida de 9,0%.

No período de Janeiro a Novembro de 2009, a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 62,4% (68,2% excluindo os produtos energéticos) (Figura 3.1).

Uma estimativa rápida de dados agregados, para o período de Janeiro a Dezembro de 2009, aponta para taxas de variação homólogas de -18,2% nas saídas e de -18,3% nas entradas de mercadorias (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Balança Comercial de Janeiro a Setembro (estimativa rápida)

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Dezembro		
	2008	2009	TVH
Saídas (fob)	37 949	31 053	-18.2
Entradas (cif)	61 174	49 968	-18.3
Saldo (fob-cif)	-23 225	-18 915	-18.6
Cobertura (fob/cif)	62.0	62.1	-

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

Segundo dados preliminares disponíveis para o período de Janeiro a Dezembro de 2009, referentes ao comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros e as importações daí provenientes terão decrescido respectivamente 21,3% e 32,1% (Quadro 3.1).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2008	2009	VH	2008	2009	VH
Janeiro	5 012	3 979	-20.6	3 332	2 435	-26.9
Fevereiro	5 308	3 717	-30.0	3 375	2 381	-29.5
Março	5 111	4 308	-15.7	3 291	2 599	-21.0
Abril	5 462	3 877	-29.0	3 383	2 476	-26.8
Maio	5 363	3 882	-27.6	3 337	2 533	-24.1
Junho	5 202	4 274	-17.8	3 308	2 636	-20.3
Julho	5 744	4 589	-20.1	3 790	3 042	-19.7
Agosto	4 481	3 517	-21.5	2 421	2 026	-16.3
Setembro	5 207	4 561	-12.4	3 268	2 786	-14.7
Outubro	5 340	4 598	-13.9	3 240	2 908	-10.2
Novembro	4 748	4 603	-3.1	2 882	2 824	-2.0
Dezembro	4 197			2 323		
1º Trimestre	15 431	12 004	-22.2	9 998	7 414	-25.8
2º Trimestre	16 027	12 033	-24.9	10 028	7 645	-23.8
3º Trimestre	15 432	12 667	-17.9	9 478	7 853	-17.1
4º Trimestre	14 284			8 445		

Com estimativa rápida do mês de Dezembro no comércio Intra:

Dez	4 197	4 064	-3.2	2 323	2 408	3.7
-----	-------	-------	------	-------	-------	-----

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Novembro, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo do ano anterior, uma descida de 19,2% (Quadro 3.4).

Neste período, nenhum dos grupos de produtos registou um crescimento positivo, tendo ocorrido a menor quebra no grupo "Agro-alimentares (-2,4%).

Nos restantes grupos as descidas foram, por ordem decrescente: "Energéticos" (-32,8%), "Máquinas" (-29,8%), "Minérios e Metais" (-26,7%), "Material de transporte" (-23,2%), "Peles, Couros e Têxteis" (-17,1%), "Químicos" (-17,0%), "Madeira, Cortiça e Papel" (-16,0%), "Vestuário e Calçado" (-10,9%), e "Produtos Acabados Diversos" (-7,7%).

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram uma descida de 7,7% na componente "calçado" e diminuições de 16,8% no "vestuário excepto de malha", e de 10,5% no "vestuário de malha".

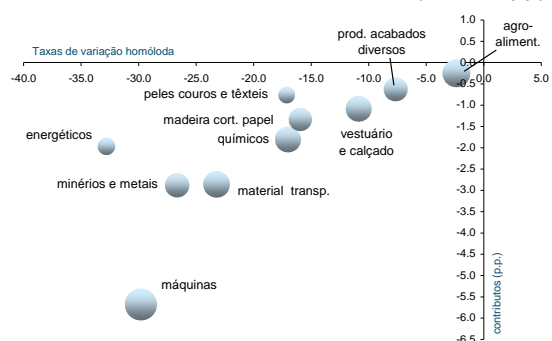
Para a redução das exportações de Energéticos verificada no período de Janeiro a Novembro (-32,2%), contribuiu, em certa medida, a paralização da refinaria de Sines na 2ª quinzena de Janeiro até ao final de Fevereiro, na sequência de um incêndio.

Ponderando os pesos no total, foram os seguintes os contributos negativos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, por grupos de produtos (Figura 3.2 e Quadro 3.4):

"Máquinas" (-5,7 p.p.), "Material de transporte" e "Minérios e metais" (-2,9 p.p. cada), "Energéticos" (-2,0 p.p.), Químicos (-1,8 p.p.), "Madeira, Cortiça e Papel" (-1,3 p.p.), "Vestuário e Calçado" (-1,1 p.p.), "Peles, Couros e Têxteis" (-0,8 p.p.), "Produtos acabados diversos" (-0,6 p.p. cada) e "Agro-alimentares" (-0,2 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2009 (Total: -19.2 p.p.)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Quadro 3.4. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos				
	Jan-Nov		Anual		Jan-Nov		média anual 03-08**	últimos 12 meses		Jan-Nov	
	2008	2009	2003	2008**	2008	2009		VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
Total das Saídas	35 626	28 645	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	-19.2	-19.2	-19.6	-19.6
000 Agro-Alimentares	3 687	3 556	7.8	10.4	10.3	12.4	11.9	-2.4	-0.2	-3.6	-0.4
100 Energéticos	2 121	1 438	2.4	6.1	6.0	5.0	26.6	-32.8	-2.0	-32.2	-1.9
200 Químicos	3 765	3 167	8.7	10.7	10.6	11.1	9.9	-17.0	-1.8	-15.9	-1.7
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 966	2 474	9.6	8.4	8.3	8.6	2.8	-16.0	-1.3	-16.6	-1.4
400 Peles, Couros e Têxteis	1 574	1 301	6.1	4.4	4.4	4.5	-1.1	-17.1	-0.8	-17.4	-0.8
500 Vestuário e Calçado	3 521	3 129	15.7	9.7	9.9	10.9	-4.2	-10.9	-1.1	-11.2	-1.1
600 Minérios e Metais	3 851	2 809	6.6	10.7	10.8	9.8	16.3	-26.7	-2.9	-27.1	-2.9
700 Máquinas	6 762	4 638	19.7	19.3	19.0	16.2	5.1	-29.8	-5.7	-31.4	-6.0
800 Material de Transporte	4 460	3 422	15.3	12.6	12.5	11.9	1.4	-23.2	-2.9	-23.3	-2.9
900 Produtos Acabados Diversos	2 919	2 711	8.0	7.7	8.2	9.5	4.6	-7.7	-0.6	-7.1	-0.6
Por memória:											
Total sem energéticos	33 505	27 207	97.6	93.9	94.0	95.0	4.7	-18.4	-17.3	-18.8	-17.7

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

** O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses, as expedições para o mercado comunitário decresceram 18,9%, cabendo reduções de 19,6% aos países da UE-15 e de 16,5% aos 12 Países do Alargamento. Por sua vez, as exportações para os Países Terceiros diminuirão 20,2% (Quadro 3.5).

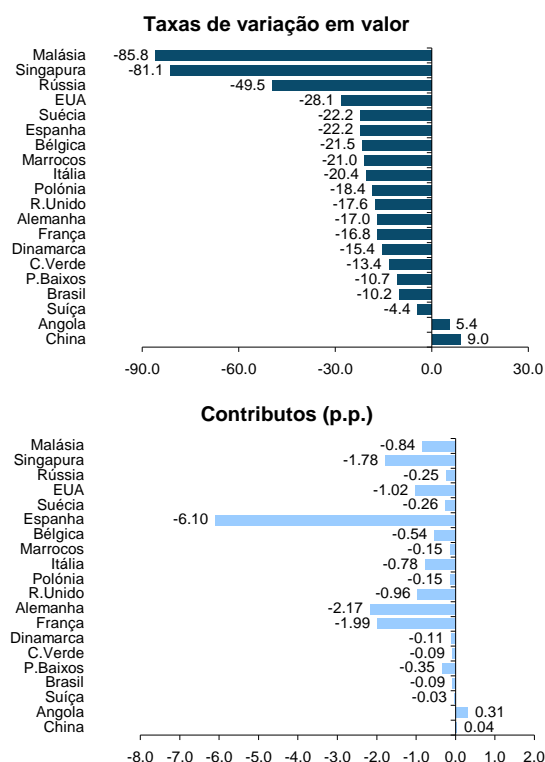
No contexto da UE-15 a descida foi generalizada a todos os principais mercados: Espanha (-22,2%), Suécia (-22,2%), Bélgica (-21,5%), Itália (-20,4%), Reino Unido (-17,6%), Alemanha (-17,0%), França (-16,8%), Dinamarca (-15,4%) e Países Baixos (-10,7%) (Figura 3.3).

Neste período, regista-se, entre os Países Terceiros, o incremento das exportações portuguesas para Angola (+5,4%), e China (+9,0%). Assinalam-se quebras nas exportações para a Malásia (-85,8%), Singapura (-81,1%), Rússia (-49,5%) e EUA (-28,1%). Também as exportações para Marrocos, Cabo Verde e Brasil acusaram reduções (-21,0%, -13,4% e -10,2% respectivamente).

Ponderando os pesos no total, o maior contributo positivo para a taxa de variação das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, em termos de mercados de destino (-19,2%), coube a Angola (+0,3 p.p.). A Espanha, o principal mercado de destino, deu um contributo negativo (-6,1 p.p.) (Figura 3.3 e Quadro 3.5).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2009



Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados

Destino	Jan-Nov		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
			anual		Jan-Nov		média anual 03-08*	12 meses [1]		Jan-Nov	
	2008	2009	2003	2008*	2008	2009		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	35 626	28 645	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	-19.2	-19.2	-19.6	-19.6
Intra UE-27	26 410	21 467	81.0	72.9	74.1	74.9	3.3	-18.9	-14.0	-18.7	-13.9
dos quais:											
UE-15	25 447	20 659	79.4	70.2	71.4	72.1	3.0	-19.6	-14.0	-18.8	-13.4
Espanha	9 730	7 611	23.8	26.4	27.3	26.6	7.7	-22.2	-6.1	-21.8	-5.9
Alemanha	4 616	3 805	14.8	13.1	13.0	13.3	3.0	-17.0	-2.2	-17.6	-2.3
França	4 201	3 531	13.2	11.5	11.8	12.3	2.6	-16.8	-2.0	-15.9	-1.9
R.Unido	1 966	1 611	10.3	5.5	5.5	5.6	-6.9	-17.6	-1.0	-18.1	-1.0
Itália	1 354	1 086	4.7	3.8	3.8	3.8	0.8	-20.4	-0.8	-19.8	-0.8
P.Baixos	1 160	1 036	3.8	3.2	3.3	3.6	2.4	-10.7	-0.4	-10.7	-0.3
Bélgica	875	691	4.4	2.5	2.5	2.4	-6.1	-21.5	-0.5	-21.0	-0.5
Suécia	428	328	1.3	1.2	1.2	1.1	3.5	-22.2	-0.3	-23.3	-0.3
Dinamarca	259	214	0.9	0.7	0.7	0.7	1.2	-15.4	-0.1	-17.2	-0.1
Alargamento	964	808	1.7	2.7	2.7	2.8	16.0	-16.5	-0.4	-16.2	-0.4
Polónia	280	231	0.5	0.8	0.8	0.8	14.1	-18.4	-0.1	-17.4	-0.1
Extra UE-27	9 216	7 178	19.0	27.1	25.9	25.1	13.3	-20.2	-5.2	-22.1	-5.7
dos quais:											
Angola	2 033	2 079	2.3	6.2	5.7	7.3	28.3	5.4	0.3	2.3	0.1
EUA	1 260	920	5.7	3.6	3.5	3.2	-3.5	-28.1	-1.0	-27.0	-1.0
Singapura	793	81	0.8	2.4	2.2	0.3	30.4	-81.1	-1.8	-89.7	-2.0
Malásia	343	23	0.1	1.0	1.0	0.1	67.7	-85.8	-0.8	-93.3	-0.9
Brasil	298	265	0.5	0.9	0.8	0.9	19.9	-10.2	-0.1	-10.9	-0.1
Suíça	283	270	1.0	0.8	0.8	0.9	0.3	-4.4	0.0	-4.6	0.0
Marrocos	258	198	0.5	0.7	0.7	0.7	16.2	-21.0	-0.1	-23.2	-0.2
C.Verde	239	205	0.5	0.7	0.7	0.7	13.5	-13.4	-0.1	-14.4	-0.1
Por memória:											
Rússia	183	90	0.1	0.5	0.5	0.3	37.0	-49.5	-0.3	-51.0	-0.3
China	175	195	0.5	0.5	0.5	0.7	4.2	9.0	0.0	11.5	0.1
PALOP	2 427	2 456	3.1	7.3	6.8	8.6	24.9	4.0	0.3	1.2	0.1
EFTA	392	352	1.9	1.1	1.1	1.2	-4.9	-10.1	-0.1	-10.3	-0.1

* O ano de 2008 na estrutura anual e na média anual 2003-2008 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com [1] (Dez 08-Nov 09) / (Dez 07-Nov 08) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2008.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2009, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo do ano anterior, uma redução de 18,7% (Quadro 3.6).

Ponderando os pesos no total das entradas, todos os grupos de produtos apresentaram contributos negativos: “Energéticos” (-6,5 p.p.), “Máquinas” (-3,4 p.p.), “Minérios e metais” (-3,2 p.p.), “Material de transporte” (-2,2 p.p.), “Químicos” (-1,0 p.p.), “Agro-alimentares” (-0,8 p.p.), “Têxteis, vestuário e calçado” e “Pele, madeira, cortiça e papel” (-0,6% cada), e “Produtos acabados diversos” (-0,4 p.p.).

No período de Janeiro a Novembro de 2009, a UE-27 foi a origem de 77,7% das entradas de mercadorias, cabendo 75,3% aos países da UE-15 e 2,4% aos doze Países do Alargamento (Quadro 3.6). Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (32,2% do total), da Alemanha (12,7%) e de França (8,6%). Seguiram-se as de Itália (5,7%), dos Países Baixos (5,4%), do Reino Unido (3,3%), da Bélgica (2,8%) e da Suécia (1,1%).

Entre os Países Terceiros (22,3% do total), assinalam-se as importações provenientes da Nigéria (2,5%), da China (2,2%), do Brasil (1,9%), dos EUA (1,7%), da Noruega (1,2%) e da Rússia (1,0%). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 5,9% do total das entradas.

Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
	Jan-Nov		Anual		Jan-Nov		média anual 03-08**	12 meses [1]		Jan-Nov	
	2008	2009	2003	2008**	2008	2009		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	56 978	45 905	100.0	100.0	100.0	100.0	7.1	-18.7	-18.7	-19.4	-19.4
Grupos de Produtos											
000-Agro-Alimentares	7 303	6 735	13.0	13.0	12.8	14.7	7.0	-6.1	-0.8	-7.8	-1.0
100-Energéticos	9 745	5 992	10.1	17.5	17.1	13.1	19.5	-38.0	-6.5	-38.5	-6.6
200-Químicos	7 588	7 003	14.1	13.3	13.3	15.3	5.9	-7.8	-1.0	-7.7	-1.0
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	2 460	2 104	5.5	4.3	4.3	4.6	1.9	-13.9	-0.6	-14.5	-0.6
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 502	3 113	8.3	5.9	6.1	6.8	0.1	-10.0	-0.6	-11.1	-0.7
500-Minérios e Metais	5 675	3 777	8.7	9.9	10.0	8.2	9.9	-32.0	-3.2	-33.4	-3.3
600-Máquinas [3]	10 725	8 714	21.1	19.1	18.8	19.0	5.0	-17.7	-3.4	-18.7	-3.5
700-Material de Transporte [4]	6 787	5 504	13.1	11.7	11.9	12.0	4.6	-18.9	-2.2	-18.9	-2.3
800-Prod. Acabados Diversos	3 193	2 963	6.0	5.3	5.6	6.5	4.1	-6.9	-0.4	-7.2	-0.4
Total sem energéticos	47 233	39 913	89.9	82.5	82.9	86.9	5.2	-14.7	-12.2	-15.5	-12.8
Mercados de origem											
Intra UE-27	41 794	35 682	79.4	72.4	73.4	77.7	5.1	-14.2	-10.4	-14.6	-10.7
dos quais:											
UE-15	40 726	34 584	77.7	70.5	71.5	75.3	5.0	-14.6	-10.5	-15.1	-10.8
Espanha	17 506	14 775	30.0	30.1	30.7	32.2	7.1	-15.1	-4.7	-15.6	-4.8
Alemanha	7 032	5 838	14.6	12.1	12.3	12.7	3.1	-16.4	-2.0	-17.0	-2.1
França	4 744	3 966	9.8	8.3	8.3	8.6	3.6	-16.6	-1.4	-16.4	-1.4
Itália	3 030	2 603	6.4	5.1	5.3	5.7	2.3	-14.2	-0.8	-14.1	-0.7
P. Baixos	2 616	2 479	4.7	4.6	4.6	5.4	6.6	-5.5	-0.3	-5.3	-0.2
R. Unido	1 808	1 503	4.9	3.2	3.2	3.3	-1.8	-14.8	-0.5	-16.9	-0.5
Bélgica	1 498	1 300	2.9	2.7	2.6	2.8	5.4	-13.0	-0.3	-13.2	-0.3
Suécia	697	488	1.2	1.3	1.2	1.1	8.8	-26.6	-0.3	-30.0	-0.4
Alargamento	1 067	1 099	1.7	1.9	1.9	2.4	9.1	1.8	0.0	2.9	0.1
Extra UE-27	15 184	10 222	20.6	27.6	26.6	22.3	13.5	-31.1	-8.2	-32.7	-8.7
dos quais:											
Nigéria	1 661	1 159	1.6	2.9	2.9	2.5	21.1	-32.9	-1.0	-30.2	-0.9
Brasil	1 297	861	1.6	2.3	2.3	1.9	15.6	-33.8	-0.8	-33.6	-0.8
China	1 195	1 023	0.9	2.3	2.1	2.2	29.3	-8.3	-0.2	-14.4	-0.3
EUA	954	803	1.9	1.8	1.7	1.7	5.5	-13.8	-0.2	-15.8	-0.3
Líbia	985	302	0.9	1.7	1.7	0.7	22.4	-69.9	-1.2	-69.3	-1.2
Argélia	661	273	0.5	1.2	1.2	0.6	26.5	-56.8	-0.7	-58.7	-0.7
Noruega	656	569	1.3	1.2	1.2	1.2	5.0	-17.2	-0.2	-13.2	-0.2
Arábia Saud.	608	368	0.8	1.1	1.1	0.8	16.3	-30.8	-0.3	-39.5	-0.4
Japão	559	267	1.6	1.0	1.0	0.6	-2.5	-50.8	-0.5	-52.3	-0.5
Índia	449	243	0.4	0.8	0.8	0.5	24.5	-45.0	-0.4	-45.9	-0.4
Iraque	408	158	0.0	0.7	0.7	0.3	860.4	-61.3	-0.4	-61.3	-0.4
Angola	383	101	0.0	0.7	0.7	0.2	179.2	-67.0	-0.4	-73.6	-0.5
Rússia	377	453	1.2	0.7	0.7	1.0	-4.9	25.0	0.2	20.0	0.1
OPEP[5]	5 226	2 716	4.3	9.4	9.2	5.9	25.1	-46.0	-4.2	-48.0	-4.4
EFTA	1 054	893	2.3	1.9	1.9	1.9	3.3	-17.9	-0.3	-15.3	-0.3
PALOP	422	152	0.1	0.8	0.7	0.3	54.2	-57.1	-0.4	-64.1	-0.5

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

** O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] (Dez 08-Nov 09) / (Dez 07-Nov 08) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

[5] Inclui Angola.

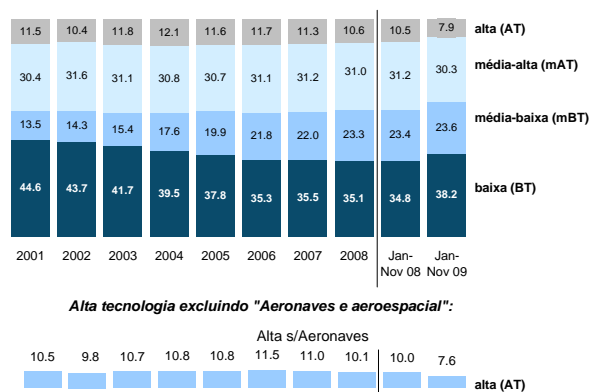
Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2008.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com *dados de base declarados* do INE, que não englobam estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de *Janeiro a Novembro de 2009*, face ao mesmo período do ano anterior, assistiu-se a um decréscimo do peso das saídas dos produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa + média alta), de 54,6% para 53,9% (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

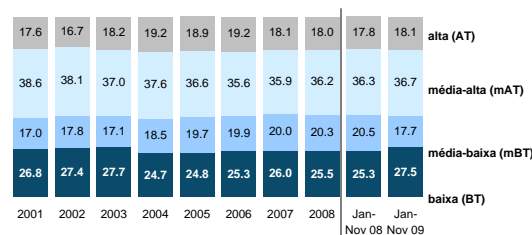
Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 2ª versão; 2009 - versão preliminar).

O peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* desceu de 10,5% para 7,9%, reflectindo principalmente uma descida de 2,9 p.p. no "Equipamento de rádio, TV e comunicações". Por sua vez, o peso das saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica*, no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, subiu de 34,8% para 38,2%, a que corresponderam subidas de 1,5 p.p. nos "Produtos alimentares, bebidas e tabaco", de 0,9 p.p. nos "Têxteis, vestuário, couros e calçado", e de 0,8 p.p. na "Pasta de papel, papel, cartão e publicações".

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas dos produtos industriais transformados nos mesmos períodos³.

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005-últimas versões; 2006-2ª versão; 2007-3ª versão; 2008-2ª versão; 2009-versão preliminar).

Quadro 3.7. Saídas e Entradas * de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	2008	Janeiro a Novembro		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
				média 2003-08	2008/07	Jan-Nov 2009/08	2007	2008	Jan-Nov		2008	Jan-Nov 2009		
		2008	2009						2008	2009				
SAÍDAS*														
Total dos prod. indust. transformados	34 761 413	32 754 053	25 747 171	5.0	-0.7	-21.4	100.0	100.0	100.0	100.0	-0.7	-21.4		
Alta tecnologia	3 699 678	3 449 914	2 029 529	2.8	-6.3	-41.2	11.3	10.6	10.5	7.9	-0.7	-4.3		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 492 921	3 251 224	1 949 048	3.7	-9.2	-40.1	11.0	10.1	10.0	7.6	-1.0	-4.0		
Média-alta tecnologia	10 760 740	10 215 449	7 800 018	5.0	-1.5	-23.6	31.2	31.0	31.2	30.3	-0.5	-7.4		
Média-baixa tecnologia	8 087 039	7 674 672	6 072 685	14.1	5.1	-20.9	22.0	23.3	23.4	23.6	1.1	-4.9		
Baixa tecnologia	12 213 956	11 414 018	9 844 940	1.5	-1.8	-13.7	35.5	35.1	34.8	38.2	-0.7	-4.8		
Total das Saídas	36 739 194	34 605 060	27 076 405	5.5	0.0	-21.8	100.0	100.0	100.0	100.0	0.0	-21.8		
Residual	1 977 781	1 851 008	1 329 234	16.9	13.0	-28.2	4.8	5.4	5.3	4.9	0.6	-1.5		
ENTRADAS*														
Total dos prod. indust. transformados	46 993 218	43 897 864	35 813 771	5.5	1.8	-18.4	100.0	100.0	100.0	100.0	1.8	-18.4		
Alta tecnologia	8 471 743	7 805 192	6 483 412	5.3	1.6	-16.9	18.1	18.0	17.8	18.1	0.3	-3.0		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 796 731	7 161 405	5 871 314	5.2	0.6	-18.0	17.0	16.8	16.6	16.7	0.1	-3.0		
Média-alta tecnologia	17 006 228	15 956 233	13 136 980	5.0	2.5	-17.7	35.9	36.2	36.3	36.7	0.9	-6.4		
Média-baixa tecnologia	9 531 651	9 008 621	6 350 371	9.1	3.4	-29.5	20.0	20.3	20.5	17.7	0.7	-6.1		
Baixa tecnologia	11 983 596	11 127 818	9 843 008	3.8	-0.1	-11.5	26.0	25.5	25.3	27.5	0.0	-2.9		
Total das Entradas	58 747 203	54 946 212	42 810 726	7.1	5.8	-22.1	100.0	100.0	100.0	100.0	5.8	-22.1		
Residual	11 753 985	11 048 348	6 996 954	15.4	25.6	-36.7	16.9	20.0	20.1	16.3	4.3	-7.4		

* Saídas de mercadorias correspondentem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondentem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) = 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar).

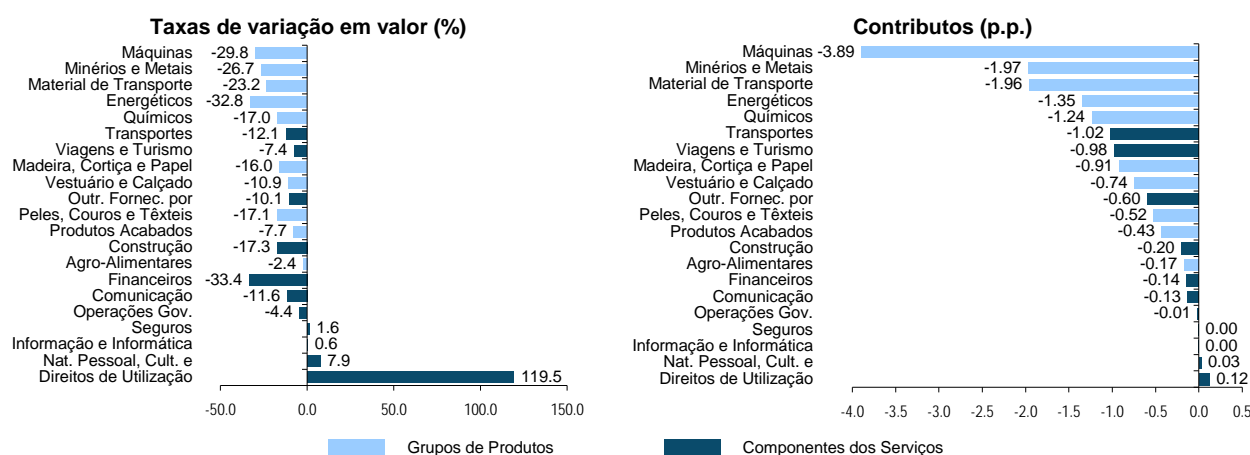
³ Para maior detalhe consultar: "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 2/2010 - www.gee.min-economia.pt

Comércio Internacional de Bens e Serviços

Segundo dados da Balança de Pagamentos divulgados pelo Banco de Portugal para o período de Janeiro a Novembro de 2009, o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 34,0% do lado das “exportações” (crédito), e de 17,5% na vertente das “importações” (débito). Nos últimos 12 meses a terminar em Novembro, as “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 16,1% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram negativamente os Serviços (-2,9 p.p.), a par de um contributo também negativo por parte dos Bens (-13,2 p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços. A distribuição do contributo das “exportações” de Bens pelos Grupos de Produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2009



Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de euros

	Janeiro a Novembro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [1]				
			Anual		Jan-Nov		média anual 03-08	12 meses [2]		Jan-Nov	
	2008	2009	2003	2008	2008	2009		VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
CRÉDITO ("Exportações")											
Bens e Serviços	52 364	43 640	100.0	100.0	100.0	100.0	7.4	-16.1	-16.1	-16.7	-16.7
Bens	35 867	28 800	72.2	68.1	68.5	66.0	6.1	-19.3	-13.2	-19.7	-13.5
Serviços	16 496	14 839	27.8	31.9	31.5	34.0	10.4	-9.2	-2.9	-10.0	-3.2
Transportes	4 372	3 802	5.4	8.5	8.3	8.7	17.7	-12.1	-1.0	-13.0	-1.1
Viagens e Turismo	6 951	6 416	14.9	13.3	13.3	14.7	4.9	-7.4	-1.0	-7.7	-1.0
Comunicação	577	507	0.8	1.1	1.1	1.2	14.3	-11.6	-0.1	-12.1	-0.1
Construção	594	481	0.7	1.2	1.1	1.1	19.0	-17.3	-0.2	-19.1	-0.2
Seguros	95	98	0.2	0.2	0.2	0.2	4.4	1.6	0.0	3.2	0.0
Financeiros	213	137	0.4	0.4	0.4	0.3	10.7	-33.4	-0.1	-35.9	-0.1
Informação e Informática	242	244	0.2	0.5	0.5	0.6	22.9	0.6	0.0	0.5	0.0
Direitos de Utilização	52	125	0.1	0.1	0.1	0.3	11.4	119.5	0.1	141.1	0.1
Outr. Fornec. por Empresas	3 059	2 674	4.4	6.1	5.8	6.1	14.3	-10.1	-0.6	-12.6	-0.7
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	185	203	0.3	0.4	0.4	0.5	11.4	7.9	0.0	9.7	0.0
Operações Governamentais	157	153	0.4	0.3	0.3	0.3	3.3	-4.4	0.0	-2.7	0.0
DÉBITO ("Importações" Fob)											
Bens e Serviços	65 935	53 535	100.0	100.0	100.0	100.0	8.0	-17.9	-17.9	-18.8	-18.8
Bens	55 472	44 141	84.8	84.0	84.1	82.5	7.8	-19.6	-16.5	-20.4	-17.2
Serviços	10 463	9 394	15.2	16.0	15.9	17.5	9.2	-9.4	-1.5	-10.2	-1.6
Transportes	3 220	2 655	4.6	4.9	4.9	5.0	9.6	-16.2	-0.8	-17.5	-0.9
Viagens e Turismo	2 719	2 496	4.4	4.1	4.1	4.7	6.6	-7.6	-0.3	-8.2	-0.3
Comunicação	497	447	0.5	0.8	0.8	0.8	17.9	-8.3	-0.1	-10.0	-0.1
Construção	149	116	0.3	0.2	0.2	0.2	2.6	-25.0	-0.1	-22.3	-0.1
Seguros	183	173	0.3	0.3	0.3	0.3	5.6	-3.5	0.0	-5.8	0.0
Financeiros	232	167	0.3	0.4	0.4	0.3	10.1	-23.1	-0.1	-28.2	-0.1
Informação e Informática	324	362	0.4	0.5	0.5	0.7	11.4	9.7	0.0	11.8	0.1
Direitos de Utilização	302	320	0.6	0.5	0.5	0.6	4.6	6.2	0.0	5.9	0.0
Outr. Fornec. por Empresas	2 319	2 116	3.0	3.6	3.5	4.0	11.9	-8.2	-0.3	-8.7	-0.3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	372	426	0.5	0.6	0.6	0.8	12.0	14.0	0.1	14.4	0.1
Operações Governamentais	146	116	0.3	0.2	0.2	0.2	0.8	-18.8	0.0	-20.6	0.0

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Destques

Proposta do Orçamento do Estado para 2010

No dia 26 de Janeiro, o Governo entregou à Assembleia da República a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2010.

No âmbito da elaboração da Proposta, o Governo procedeu a uma revisão do cenário macroeconómico para o ano de 2009, o qual revê as estimativas apresentadas na actualização do Relatório de Orientação da Política Orçamental em Maio de 2009, assim como as projecções do cenário macroeconómico para o ano de 2010.

O presente relatório prossegue uma política orçamental de natureza restritiva, para 2010, visando a consolidação das contas públicas e o controlo do peso da despesa pública na economia, num contexto onde surgem os primeiros sinais da recuperação económica internacional.

Em 2009, assistiu-se a uma redução do PIB, em termos homólogos, de 2,6%, traduzindo a contracção das componentes que o constituem, com excepção do consumo público. Conquanto se tenha assistido a uma deterioração das exportações, a contribuição das exportações líquidas foi positiva (Quadro 1). O desempenho da economia portuguesa foi influenciado por um enquadramento externo desfavorável, originando, entre o 4.º trimestre de 2008 e o 1.º trimestre de 2009, uma recessão técnica com variações reais do PIB em cadeia negativas. A partir do 2.º trimestre de 2009, a tendência observada inverteu-se, iniciando-se um período de ligeira recuperação da actividade económica, com o PIB a apresentar um crescimento positivo face ao trimestre anterior.

Quadro 1. Indicadores macroeconómicos

Taxas de variação homóloga em volume(%)	2007	2008	2009(e)	2010(p) OE 2010
Consumo Privado	1,6	1,7	-0,9	1,0
Consumo Público	0,0	1,1	2,6	-0,9
Investimento (FBCF)	3,1	-0,7	-11,8	-1,1
Procura Interna	1,7	1,3	-2,9	0,3
Exportações	7,8	-0,5	-12,0	3,5
Importações	6,1	2,7	-10,7	1,5
PIB	1,9	0,0	-2,6	0,7
Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)				
Procura Interna	1,9	1,5	-3,2	:
Exportações Líquidas	0,0	-1,4	0,6	:

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública.
(e) – estimativa; (p) – previsão.

As projecções apresentadas consideram a informação mais recente, quer para a economia internacional, nomeadamente para os preços do petróleo nos mercados internacionais, das taxas de juro e das taxas de câmbio, quer para a economia nacional.

A deterioração da actividade económica, durante o ano de 2009, reflectiu-se no mercado de trabalho e na evolução dos preços. Observou-se, assim, a uma taxa de desemprego de 9,5%, revelando um aumento de 1,9 pontos percentuais (p.p.) face ao ano anterior, e uma diminuição do emprego de 2,9% em termos homólogos (Quadro 2).

Quadro 2. Mercado de trabalho e evolução dos preços

	2008	2009(e)	2010(p)
Taxas de variação homologa em volume(%)			OE 2010
Emprego total	0,4	-2,9	-0,1
Taxa de desemprego	7,6	9,5	9,8
Taxa de inflação	2,6	-0,8	0,8

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública.
(e) – estimativa; (p) – previsão.

No que respeita à evolução dos preços no consumidor, em 2009, registou-se uma redução de 0,8%, quando comparado com o ano anterior, reflectindo não só os efeitos do abrandamento da actividade económica nacional, mas também o comportamento dos preços das matérias-primas que foram inferiores aos de 2008, em termos médios, em particular no que se refere ao petróleo e aos bens alimentares.

Os efeitos da crise económica e financeira, nomeadamente o abrandamento da actividade económica, afectaram fortemente a situação orçamental dos países da União Europeia (UE) em 2009. Como consequência, observou-se, nestes países, um agravamento do défice orçamental de 4,6p.p., situando-se, em média, nos 6,9% do PIB (Quadro 3). No conjunto dos países da área do euro, o défice orçamental apresentou igualmente um aumento face ao ano anterior, atingindo os 6,4% do PIB (2% em 2008).

Quadro 3. Finanças públicas na União Europeia

	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2007	2008	2009 (e)	2010(p)	2007	2008	2009 (e)	2010(p)
União Europeia	-0,8	-2,3	-6,9	-7,5	58,7	61,5	73,0	79,3
Área do Euro	-0,6	-2,0	-6,4	-6,9	66,0	69,3	78,2	84,0

Fonte: AMECO
(e) – estimativa; (p) – previsão.

A deterioração da situação orçamental e as operações de estabilização do sector financeiro no contexto da UE reflectiram-se na evolução da dívida pública, que aumentou o seu peso no PIB em cerca de 10p.p., quer para a média dos Estados-membros da UE, quer para a área do euro. De acordo com as últimas projecções da Comissão Europeia, para 2010, projecta-se um novo aumento da dívida pública, de 6,3p.p. para a UE e de 5,8p.p. para a área do euro.

Em Portugal, a evolução da situação orçamental, em 2009, foi semelhante à da maioria dos países da UE. As estimativas inscritas na proposta de Orçamento do Estado para 2010 apontam para um défice das Administrações Públicas de 9,3% do PIB, em 2009, o que representa um agravamento de 6,6 pp. do PIB face ao ano anterior. Para este agravamento contribuiu a redução da receita total em 3,5p.p. e o aumento simultâneo da despesa em 3,2p.p. do PIB (Quadro 4).

Quadro 4. Principais indicadores orçamentais

	Milhões de euros			% do PIB		
	2008	2009 (e)	2010(p)	2008	2009 (e)	2010(p)
Receita total	71.978	65.508	67.261	43,2	39,7	40,2
Receita fiscal e contributiva	60.666	53.728	54.565	36,4	32,6	32,6
Despesa total	76.435	80.874	81.215	45,9	49,1	48,5
Despesa corrente primária	67.103	69.197	70.274	40,3	42,0	42,0
Saldo global	-4.456	-15.366	-13.954	-2,7	-9,3	-8,3
Saldo corrente primário	3.317	-5.714	-5.426	2,0	-3,5	-3,2
Saldo primário	378	-10.596	-8.620	0,2	-6,4	-5,2
Saldo estrutural ^(a)	:	:	:	-2,7	-8,1	-7,1
Saldo primário estrutural ^(a)	:	:	:	0,2	-5,2	-4,0
Dívida pública	110.372	126.223	142.916	66,3	76,6	85,4

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública.
Notas: ^(a) Incluindo as medidas anti-crise; (e) – estimativa; (p) – previsão.

O défice estrutural, em 2009, atingiu os 8,1% do PIB, traduzindo um agravamento de 5,4p.p. do PIB. O mesmo comportamento se observa para o saldo primário estrutural que passa de um valor positivo, 0,2% do PIB, em 2008, para -2,5% do PIB em 2009. A evolução do rácio da dívida pública revela o aumento das necessidades de financiamento das Administrações Públicas, como resposta à crise económica e financeira, assim como o efeito do menor crescimento económico em termos nominais e de aquisições líquidas de activos por parte do Estado. Em 2009, a dívida pública portuguesa situou-se nos 76,6% do PIB, um aumento de 10,3p.p. face a 2008 e projecta-se um novo aumento para 2010, situando-se nos 85,4% do PIB.

A política orçamental delineada neste Orçamento inclui-se numa estratégia de médio prazo, que ultrapassa o ano de 2010, adoptando medidas orientadas para a sustentabilidade das finanças públicas e reformas estruturais que assegurem a competitividade da economia. A proposta do Governo para a consolidação das contas públicas passa pela contenção da despesa, compatível com a não subida de impostos, nomeadamente através da manutenção da regra de pelo menos duas saídas por cada entrada na função pública, do congelamento dos aumentos salariais neste sector, maior convergência do regime de aposentação da Caixa Geral de Aposentações com o Regime Geral da Segurança Social e o controlo da despesa do Serviço Nacional de Saúde e das empresas públicas.

É importante referir que os objectivos orçamentais traçados pelo Governo para 2010 consideram de forma prudente a recuperação prevista para o cenário macroeconómico internacional e a evolução da receita fiscal (não devendo ultrapassar o crescimento do PIB nominal). Ainda assim, espera-se uma redução do défice orçamental em 1p.p. do PIB e, no caso do défice primário, de 1,2p.p.

Evolução Recente das Exportações Portuguesas para os Principais Mercados

Walter Anatole Marques¹

Entre 2005 e Outubro de 2009, cinco mercados absorveram em cada ano mais de 60% das exportações² de mercadorias portuguesas: Espanha (27,2% em 2008 e 26,5% em 2009), Alemanha (12,9% e 13,3%), França (11,7% e 12,4%), Angola (6,0% e 7,3%) e Reino Unido (5,5% e 5,6%) (Quadro 1).

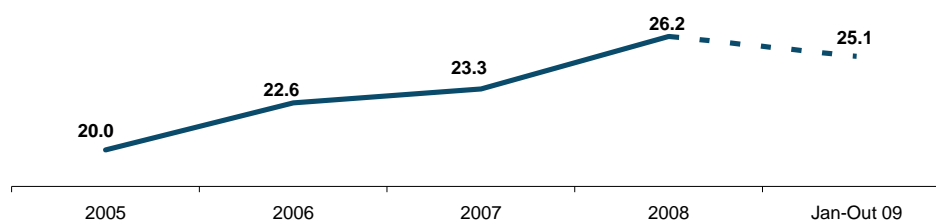
Quadro 1 – Os 20 principais mercados de destino das exportações portuguesas (peso no total, %)

	2005	2006	2007	2008	Jan-Out 09
Espanha	27.0	27.4	28.3	27.2	26.5
Alemanha	12.1	13.1	13.0	12.9	13.3
França	13.6	12.4	12.6	11.7	12.4
Angola	2.6	3.5	4.5	6.0	7.3
R.Unido	8.6	7.1	6.0	5.5	5.6
Itália	4.4	4.1	4.1	3.8	3.8
EUA	5.4	6.1	4.8	3.5	3.1
P.Baixos	4.0	3.7	3.4	3.3	3.7
Bélgica	3.7	3.1	2.6	2.5	2.4
Singapura	1.2	2.0	1.9	2.3	0.3
Suécia	1.2	1.2	1.2	1.2	1.2
Malásia	0.3	0.2	1.1	1.0	0.1
Brasil	0.6	0.7	0.7	0.8	0.9
Suíça	0.8	0.8	0.7	0.8	1.0
Polónia	0.6	0.7	0.7	0.8	0.8
Dinamarca	0.8	0.7	0.7	0.7	0.7
Marrocos	0.4	0.5	0.5	0.7	0.7
Cabo Verde	0.5	0.5	0.6	0.7	0.7
Finlândia	0.8	0.8	0.6	0.6	0.4
Irlanda	0.6	0.5	0.5	0.6	0.4
% do Total	89.3	89.2	88.5	86.5	85.1

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário).

As exportações para os Países Terceiros, que em 2005 haviam representado 20% no total das saídas de mercadorias, subiram para 26,2% em 2008 (25,1% nos primeiros 10 meses de 2009) (Figura 1).

Figura 1 – Evolução do peso das exportações portuguesas para os Países Terceiros no total das saídas de mercadorias (%)



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário).

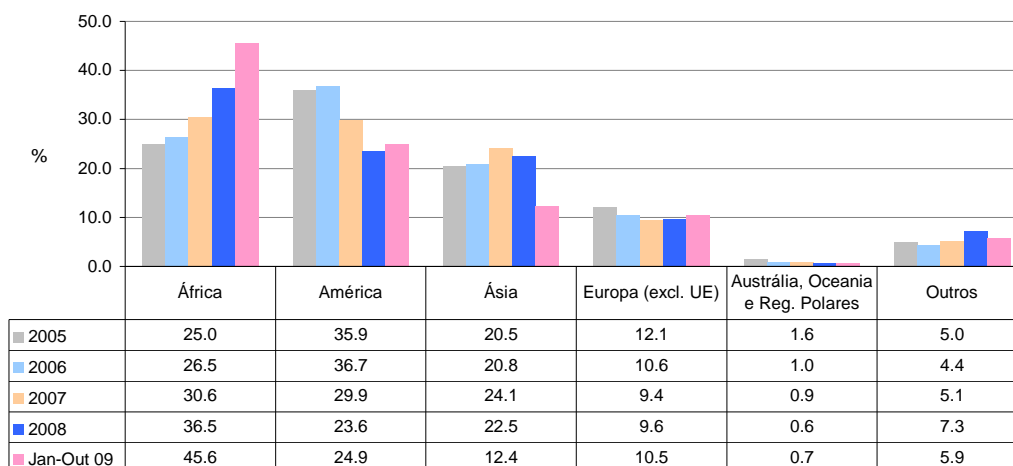
Os Estados Unidos da América (EUA), tradicionalmente o primeiro mercado de destino das exportações portuguesas entre os países terceiros, foram ultrapassados por Angola em 2008, que superou também o Reino Unido nesse ano, tornando-se no 4º principal mercado (Quadro 1).

Em 2008, as exportações para África pesaram 36,5% no total dos Países Terceiros, para as Américas 23,6%, para a Ásia 22,5% e para a Europa não comunitária 9,6% (Figura 2)

¹ Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade Funcional de Estatísticas de Comércio Internacional. O conteúdo do trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

² Exportações entendidas como o somatório das Expedições para os países comunitários com as Exportações para os Países Terceiros.

Figura 2 – Evolução do peso das exportações portuguesas para os Países Terceiros por zonas geográficas



Nota: O agrupamento "Outros" inclui Provisões de Bordo, Países Não Determinados e Países Confidenciais.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

Considerando os países terceiros agrupados por zonas geográficas, África, que desde 2005 tem apresentado vigorosas taxas de crescimento para as exportações portuguesas, foi o único continente em que não se registou um comportamento negativo nos primeiros 10 meses de 2009 (+0,1%) (Quadro 2).

Quadro 2 – Taxas de variação homóloga das exportações de mercadorias portuguesas para os Países Terceiros por zonas geográficas

	2006/2005	2007/2006	2008/2007	Jan-Out 09/08
Países Terceiros	26.8	12.6	13.4	-23.1
África	34.1	30.0	35.3	0.1
América	29.9	-8.3	-10.7	-21.1
Ásia	28.9	30.4	5.8	-57.4
Europa (excl. UE)	11.0	0.5	15.3	-19.0
Austrália, Ocean. e Reg. Polares	-19.1	-1.3	-17.4	-21.7
Outros	12.5	29.9	61.1	-40.5

Nota: O agrupamento "Outros" inclui Provisões de Bordo, Países Não Determinados e Países Confidenciais.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

Este comportamento justifica-se pelo dinamismo da economia angolana, que por si só representou cerca de 3/4 do total das exportações para este continente no período. Angola foi o único país, entre os primeiros 24 mercados a nível global, que registou uma taxa de crescimento positiva nos primeiros 10 meses de 2009. Após terem crescido à taxa média anual de +41,2% entre 2005 e 2008, as exportações para Angola aumentaram ainda +4,2%, em termos homólogos, no período de Janeiro a Outubro de 2009 (Quadro 3), o que configura um contributo de +0,23 p.p. para a taxa de variação das exportações (Quadro 4).

Quadro 3 – Taxas de variação das exportações portuguesas nos 20 principais mercados de destino

	2006/2005	2007/2006	2008/2007	Média anual 05-08	Jan-Out 09/08
Espanha	14.0	12.5	-3.0	7.6	-24.6
Alemanha	21.6	8.2	-0.3	9.5	-18.9
França	1.8	11.1	-6.5	1.9	-17.9
Angola	50.7	39.2	34.3	41.2	4.2
R.Unido	-7.9	-7.4	-7.7	-7.7	-20.0
Itália	5.3	9.6	-7.7	2.1	-20.8
EUA	27.4	-15.1	-25.0	-6.8	-30.8
P.Baixos	4.7	-1.3	-2.1	0.4	-11.4
Bélgica	-5.6	-10.9	-3.2	-6.6	-23.3
Singapura	83.8	1.1	23.0	31.7	-89.1
Suécia	13.0	11.5	-0.7	7.8	-22.8
Malásia	3.9	369.8	-6.4	66.0	-93.0
Brasil	43.0	1.4	23.9	21.5	-13.3
Suíça	6.9	-1.4	12.6	5.9	-3.8
Polónia	29.6	15.2	11.3	18.4	-19.3
Dinamarca	-2.9	13.6	0.4	3.5	-18.3
Marrocos	25.1	21.6	37.1	27.7	-23.7
Cabo Verde	27.5	20.2	13.0	20.1	-15.1
Finlândia	5.0	-18.2	15.0	-0.4	-54.3
Irlanda	3.6	0.2	26.4	9.5	-54.8
Mundo	12.4	8.9	1.0	7.3	-21.4

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário).

Os primeiros dez meses de 2009 apontam também para um aumento das exportações para outros mercados, tais como a República Checa (+4,3%), China (+8,7%), Argélia (+17,7%), Roménia (+1,1%), Moçambique (+36,1%), Tunísia (+60,7%), Hong-Kong (+20,3%) e Venezuela (+176,6%), entre outros.

Quadro 4 – Exportações de mercadorias portuguesas entre 2005 e Jan-Out 2009 com valor superior a 10 milhões de Euros em algum dos períodos (ordenadas por ordem decrescente de valor no ano de 2008)

Valores em milhões de Euros

	2005	2006	2007	2008	Jan-Out		Tx Variação (%)		Contributo Jan-Out (1) (p.p.)
					2008	2009	Média anual 05-08	Jan-Out 09/08	
ES Espanha	8 295	9 459	10 646	10 328	9 030	6 808	7.6	-24.6	-6.79
DE Alemanha	3 719	4 523	4 895	4 882	4 213	3 417	9.5	-18.9	-2.43
FR França	4 192	4 268	4 743	4 436	3 879	3 183	1.9	-17.9	-2.12
AO Angola	803	1 210	1 684	2 261	1 802	1 877	41.2	4.2	0.23
GB Reino Unido	2 642	2 433	2 253	2 080	1 799	1 440	-7.7	-20.0	-1.10
IT Itália	1 345	1 415	1 551	1 433	1 235	978	2.1	-20.8	-0.79
US EUA	1 653	2 105	1 787	1 340	1 171	810	-6.8	-30.8	-1.10
NL Países Baixos	1 230	1 288	1 272	1 245	1 062	940	0.4	-11.4	-0.37
BE Bélgica	1 150	1 085	967	936	808	620	-6.6	-23.3	-0.57
SG Singapura	381	700	708	871	722	79	31.7	-89.1	-1.96
SE Suécia	363	410	457	454	391	302	7.8	-22.8	-0.27
MY Malásia	82	85	399	374	317	22	66.0	-93.0	-0.90
BR Brasil	178	255	258	320	269	233	21.5	-13.3	-0.11
CH Suíça	252	270	266	300	255	245	5.9	-3.8	-0.03
PL Polónia	178	231	266	296	259	209	18.4	-19.3	-0.15
DK Dinamarca	252	245	278	279	236	193	3.5	-18.3	-0.13
MA Marrocos	131	164	199	273	237	180	27.7	-23.7	-0.17
CV Cabo Verde	149	190	228	258	215	182	20.1	-15.1	-0.10
FI Finlândia	249	262	214	246	213	97	-0.4	-54.3	-0.35
IE Irlanda	177	183	184	232	207	93	9.5	-54.8	-0.35
MX México	86	139	120	222	209	182	37.1	-12.7	-0.08
TR Turquia	231	232	225	220	197	164	-1.6	-17.0	-0.10
AT Áustria	171	182	195	195	170	156	4.4	-8.1	-0.04
CZ Rep Checa	89	130	149	194	168	175	29.6	4.3	0.02
RU Rússia	79	108	143	191	172	80	34.4	-53.4	-0.28
CA Canadá	141	154	146	189	166	119	10.2	-28.5	-0.14
CN China	171	214	181	184	159	172	2.6	8.7	0.04
DZ Argélia	55	73	80	181	148	175	48.6	17.7	0.08
JP Japão	87	109	299	180	151	73	27.3	-51.9	-0.24

(continua)

(1) Contributo para a taxa de crescimento das exportações (p.p.) - *análise shift-share*: VH x peso no período homólogo anterior / 100.

(continuação)

Valores em milhões de Euros

	2005	2006	2007	2008	Jan-Out		Tx Variação (%)		Contributo Jan-Out (1) (p.p.)
					2008	2009	Média anual 05-08	Jan-Out 09/08	
RO Roménia	56	82	137	164	145	146	43.3	1.1	0.00
GR Grécia	137	128	141	151	131	96	3.3	-26.7	-0.11
HU Hungria	116	146	140	141	127	76	6.6	-39.8	-0.15
NO Noruega	95	110	102	110	99	73	5.0	-26.2	-0.08
SA Arábia Saudita	57	52	48	99	87	53	20.4	-38.3	-0.10
MZ Moçambique	65	74	89	92	75	101	12.6	36.1	0.08
NG Nigéria	40	14	26	88	78	26	30.8	-67.0	-0.16
IL Israel	60	70	94	84	74	48	11.7	-34.6	-0.08
ZA África do Sul	70	78	88	77	67	44	3.2	-35.1	-0.07
TN Tunísia	53	55	66	72	60	96	10.9	60.7	0.11
AE Emiratos A.U.	67	53	55	71	61	49	1.9	-20.4	-0.04
CL Chile	52	56	56	64	54	33	7.2	-39.1	-0.06
HK Hong-Kong	101	92	57	60	52	62	-15.8	20.3	0.03
LU Luxemburgo	37	41	100	60	52	45	16.7	-13.8	-0.02
AU Austrália	82	65	63	54	46	36	-13.3	-22.2	-0.03
SK Eslováquia	33	47	51	52	46	43	16.7	-5.0	-0.01
VE Venezuela	12	17	16	51	36	99	61.6	176.6	0.19
KR Coreia do Sul	23	38	49	47	36	29	26.2	-21.3	-0.02
IN Índia	26	29	32	46	41	36	21.6	-13.9	-0.02
AG Antígua e Barbuda	2	23	77	42	41	44	156.2	7.1	0.01
SN Senegal	10	8	8	42	24	25	60.7	2.7	0.00
GW Guiné-Bissau	24	27	35	40	34	28	18.8	-17.9	-0.02
EG Egipto	34	25	37	39	35	47	4.5	33.8	0.04
CY Chipre	17	20	29	38	31	23	31.0	-25.1	-0.02
ST S Tomé e Príncipe	22	28	33	37	29	27	17.7	-6.0	-0.01
AR Argentina	36	49	59	35	30	24	-1.2	-18.3	-0.02
IR Irão	18	15	14	30	23	31	18.5	36.5	0.03
MT Malta	11	9	12	30	20	10	40.5	-51.5	-0.03
UA Ucrânia	15	20	21	28	26	15	23.2	-39.6	-0.03
GI Gibraltar	18	28	8	28	26	65	16.0	151.6	0.12
BG Bulgária	17	15	21	27	24	14	17.4	-40.8	-0.03
SI Eslovénia	31	29	28	26	24	13	-5.7	-48.3	-0.04
JO Jordânia	12	14	14	26	23	18	30.4	-23.1	-0.02
TG Togo	0	1	1	23	23	2	282.4	-92.3	-0.07
HR Croácia	7	11	15	21	19	11	41.8	-40.3	-0.02
LV Letónia	16	26	27	18	16	6	4.8	-61.5	-0.03
CO Colômbia	4	7	7	18	17	6	63.2	-66.8	-0.03
TW Taiwan	23	13	15	18	14	11	-8.7	-18.1	-0.01
LY Líbia	8	5	9	17	16	28	31.3	77.9	0.04
GQ Guiné Equatorial	1	10	12	17	11	11	130.1	0.4	0.00
EE Estónia	8	10	17	17	15	9	26.5	-43.2	-0.02
CU Cuba	4	6	9	17	13	9	61.9	-30.6	-0.01
QA Catar	4	7	11	16	14	7	64.8	-50.0	-0.02
LT Lituânia	14	13	14	15	13	9	3.4	-30.8	-0.01
MO Macau	10	14	13	15	12	10	14.1	-18.9	-0.01
LB Líbano	9	7	10	13	10	17	14.0	71.3	0.02
TH Tailândia	20	20	14	12	10	13	-14.3	33.2	0.01
KW Kuwait	46	9	10	12	11	8	-35.5	-23.3	-0.01
SY Síria	8	13	16	12	11	13	17.1	21.2	0.01
SM São Marino	15	9	11	11	9	9	-9.6	-5.1	0.00
CG Congo	4	4	5	11	10	4	38.4	-58.7	-0.02
VN Vietname	6	8	9	10	9	8	22.3	-12.1	0.00
XS Sérvia	1	2	3	10	9	3	107.8	-64.3	-0.02
BA Bósnia-Herzegovina	3	6	11	10	10	1	54.6	-90.2	-0.03
PH Filipinas	7	10	10	8	8	2	6.8	-74.2	-0.02
PK Paquistão	8	10	7	8	7	13	-2.3	76.4	0.02
NZ Nova Zelândia	10	9	9	8	7	5	-8.5	-20.0	0.00
BW Botswana	2	2	11	7	6	5	54.3	-18.6	0.00
OM Omã	1	12	7	7	5	2	113.6	-66.6	-0.01
XC Ceuta	3	19	7	6	6	0	29.2	-95.0	-0.02
IS Islândia	8	10	7	4	4	3	-18.6	-26.5	0.00
YE Iémen	1	1	16	3	2	0	37.3	-82.8	-0.01
AN Antilhas Holandesas	4	2	43	1	1	12	-30.0	840.0	0.03
TD Tchad	16	0	1	0	0	0	-83.4	185.7	0.00
QS Prov Bordo Extra	157	194	281	565	494	292	53.2	-40.9	-0.62
QW Países não det Extra	150	151	168	157	142	86	1.7	-39.1	-0.17
DIVERSOS (UE)	25	39	34	31	28	171	7.6	511.6	0.44

(1) Contributo para a taxa de crescimento das exportações (p.p.) - *análise shift-share*: VH x peso no período homólogo anterior / 100.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário).

Artigos

Em Análise

Comércio Externo com Moçambique

Walter Anatole Marques¹

Apesar dos efeitos nefastos da crise financeira internacional, o crescimento da economia moçambicana tem-se mantido em bom ritmo (para o que contribuíram em certa medida as exportações de mercadorias, que desde meados dos anos 90 mais do que triplicaram o seu peso no PIB), tendo desacelerado de 7,4% em 2007 para 6,8% em 2008, estimando-se um crescimento de 4,3% para 2009 e de 5,0% para 2010².

Em 2008, Portugal foi o 7º mercado de origem das importações moçambicanas de mercadorias, tendo ocupado a mesma posição enquanto mercado de destino das exportações de Moçambique.

1. Balança comercial de Moçambique

A balança comercial de Moçambique é deficitária. Após uma redução do défice em 2006, assistiu-se a um agravamento nos dois anos seguintes, com a descida do grau de cobertura das importações pelas exportações de 83,0%, em 2006 para 66,2%, em 2008 (Quadro 1).

Quadro 1 – Balança comercial de Moçambique

	valores em 1000 Euros				
	2004	2005	2006	2007	2008
Importações (Cif)	1 635 214	1 935 260	2 284 924	2 224 873	2 724 602
TVH	-	18.3	18.1	-2.6	22.5
Exportações (Fob)	1 208 849	1 402 763	1 896 324	1 759 954	1 803 914
TVH	-	16.0	35.2	-7.2	2.5
Saldo (Fob-Cif)	-426 365	-532 497	-388 600	-464 919	-920 687
TVH	-	24.9	-27.0	19.6	98.0
Cobertura (Fob/Cif)	-	72.5	83.0	79.1	66.2

Fonte: GEE, a partir de dados de base ITC (International Trade Centre).

2. Importações de mercadorias em Moçambique

2.1. Mercados de origem

A proximidade a Moçambique e a posição dominante da África do Sul na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)³, explicam o facto de este país ser o seu principal fornecedor de mercadorias. O peso relativo tem vindo no entanto a decrescer sucessivamente nos últimos anos (de 42,9% do total em 2005 para 27,4% em 2008) (Quadro 2).

O elevado peso dos Países Baixos na estrutura das importações moçambicanas reflectirá o chamado efeito Roterdão, porto onde embarcará parte considerável das mercadorias comunitárias, que globalmente representaram 26,0% do total fornecido a Moçambique em 2008.

Seguem-se a China e a Índia, que viram o seu peso aumentar consideravelmente na última década, respectivamente de 1,9% para 4,3% e de 1,8% para 3,9%.

¹ Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade Funcional de Estatísticas de Comércio Internacional. O conteúdo do trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

² PIN Nº 09/85 do "IMF Executive Board" – Artigo IV

³ Entrou em vigor, em 1 de Janeiro de 2008 a Zona de Comércio Livre, que engloba 15 países da região, que eliminaram as tarifas aduaneiras e outras barreiras não aduaneiras no comércio entre si, mantendo cada um dos estados-membros tarifas próprias relativamente a outros países.

Ao longo dos últimos 6 anos, o peso de Portugal nas importações moçambicanas oscilou entre 3,6%, em 2005, e 3,2% em 2008. O peso da União Europeia tem-se vindo a acentuar nos últimos anos, representando cerca de 1/4 das importações totais.

Quadro 2 – Evolução dos 20 principais mercados de origem das importações moçambicanas em 2008

Origem	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
África do Sul	49.8	41.0	30.4	36.1	41.4	42.9	36.3	32.4	27.4
P.Baixos	0.5	0.9	0.5	0.5	11.0	11.5	15.6	14.5	15.7
China	1.9	2.0	1.3	2.2	2.0	2.5	2.6	3.5	4.3
Índia	1.8	2.4	4.2	4.0	3.1	3.6	3.2	4.4	3.9
EUA	3.5	3.0	5.2	5.8	2.4	2.6	2.2	2.7	3.5
Japão	4.6	0.7	3.4	1.6	0.8	0.8	0.6	3.1	3.4
Portugal	7.6	8.5	6.2	3.4	3.3	3.6	3.3	3.5	3.2
Tailândia	0.4	0.3	0.3	0.4	1.5	1.7	1.3	1.8	2.3
Emiratos	0.2	1.3	0.5	0.6	1.2	1.7	2.0	3.4	1.8
Alemanha	0.8	0.6	0.8	2.0	0.9	1.2	1.8	1.1	1.8
Malásia	0.3	0.4	0.3	1.0	0.5	0.3	0.5	0.5	1.4
Espanha	1.0	1.9	0.4	1.5	1.2	1.2	0.9	0.4	1.3
Argentina	0.3	0.9	0.3	0.5	1.2	1.1	0.4	1.1	1.1
Indonésia	0.3	0.4	0.2	0.3	0.5	0.6	1.0	1.3	1.0
Paquistão	1.6	2.9	0.6	0.8	0.6	1.0	1.2	1.4	1.0
R.Unido	1.6	1.1	0.9	1.1	0.8	0.8	0.7	0.6	0.9
Itália	1.5	1.2	0.9	1.2	1.2	0.8	0.7	0.8	0.8
Brasil	0.3	0.4	0.1	0.5	0.7	1.1	0.8	0.9	0.7
Coreia SL	1.2	0.4	0.6	0.5	0.5	0.5	0.4	0.7	0.7
França	2.2	1.1	1.7	1.9	1.7	0.9	0.8	0.8	0.7
% do Total	81.3	71.4	58.8	66.0	76.5	80.6	76.2	78.8	76.9
Por memória:									
União Europeia	16.7	17.3	12.4	13.1	23.9	21.7	25.1	23.4	26.0

Fonte: GEE, a partir de dados de base FMI - Diirection of Trade Statistics - Dec. 2009.

2.2. Principais produtos importados por Moçambique

Em 2008, as principais importações de Moçambique incidiram nos combustíveis e óleos, com 20,2% do total em 2008, centradas nos refinados de petróleo e também na energia eléctrica.

O comércio de natureza confidencial, as provisões de bordo e outras mercadorias não especificadas totalizaram 16,8%. Seguiram-se os veículos automóveis (10,3%), as máquinas e aparelhos mecânicos (7,8%), os cereais (6,1%) e as máquinas e aparelhos eléctricos (5,5%) (Quadro 3).

Com menor peso relativo, referem-se as gorduras e óleos (2,8%), os plásticos (2,0%), o ferro fundido, o ferro e aço (2,0%), os adubos e fertilizantes (1,8%), os produtos farmacêuticos (1,5%) e o cimento (1,4%).

**Quadro 3 – Principais produtos (SH2) importados por Moçambique entre 2004 e 2008
(ordenados por ordem decrescente de valor em 2008)**

SH2	Descritivo	milhões de Euros					TVH	Estrut.
		2004	2005	2006	2007	2008	08/07	08 (%)
	TOTAL	1 635.2	1 935.3	2 284.9	2 224.9	2 724.6	22.5	100.0
27	Combustíveis e óleos minerais; energia eléctrica	255.3	130.8	388.1	362.4	551.7	52.2	20.2
99	Comércio confidenc/enc postais; provisões bordo	255.2	507.7	456.3	401.5	458.8	14.3	16.8
87	Automóv/tractores/ciclos/outr terrest; partes/acess	137.5	190.1	221.3	213.4	281.4	31.9	10.3
84	Máq/aparelh mecânic;react nucl;caldeiras;s/partes	107.8	159.0	205.4	182.1	212.7	16.8	7.8
10	Cereais	115.7	138.5	143.0	132.4	166.1	25.4	6.1
85	Máq/aparelh eléctric; grav som/imagem; s/partes	138.7	128.6	111.2	130.9	149.0	13.8	5.5
15	Gorduras e óleos animais e vegetais	27.1	28.0	36.4	35.4	76.1	115.2	2.8
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	42.7	44.1	54.8	66.9	59.6	-10.9	2.2
39	Plástico e suas obras	29.2	29.8	35.7	37.7	55.4	46.8	2.0
72	Ferro fundido, ferro e aço	29.6	35.1	50.9	34.6	54.6	57.8	2.0
31	Aduos e fertilizantes	16.2	16.6	17.1	10.3	49.5	381.2	1.8
30	Produtos farmacêuticos	31.4	28.8	37.4	38.4	41.7	8.6	1.5
25	Sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento	20.2	28.1	41.2	23.1	39.2	69.6	1.4
90	Aparelh óptic/fotog/medida/precisão/médic;s/partes	54.0	28.6	33.1	23.1	30.0	29.7	1.1
48	Papel, cartão e suas obras; obras pasta celulose	26.0	24.2	28.9	21.5	29.8	38.8	1.1
40	Borracha e suas obras	37.6	22.9	29.8	40.1	26.3	-34.3	1.0
94	Mobiliário/colchões/almofad/candeeiros/pré-fabric	13.8	18.8	23.9	20.2	25.2	24.6	0.9
03	Peixes, crustáceos e moluscos	20.0	22.6	23.3	18.2	24.6	35.3	0.9
38	Produtos diversos das indústrias químicas	18.8	17.7	23.8	27.8	24.2	-12.8	0.9
49	Livros, jornais, gravuras, prod indúst gráficas	30.0	42.8	19.8	21.5	20.6	-4.2	0.8
44	Madeira e suas obras; carvão vegetal	9.8	8.9	13.3	8.4	18.9	125.0	0.7
63	Outr artefact têxt; calçado/chapéus usados; trapos	15.2	16.7	17.7	16.6	18.4	10.8	0.7
33	Óleos essenciais; perfumaria; cosméticos	10.8	12.0	13.6	11.8	17.3	45.7	0.6
34	Sabões; lubrificant; ceras artíf; velas; prep dentista	10.9	12.8	12.1	12.6	16.8	33.5	0.6
04	Leite e lacticínios, ovos, mel	7.7	17.0	25.5	35.4	15.2	-57.1	0.6
11	Prod ind moagem, amidos, féculas, glúten de trigo	11.1	7.5	7.3	11.2	13.7	22.2	0.5
69	Produtos cerâmicos	5.7	9.6	11.0	8.9	11.1	25.0	0.4
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	6.0	7.9	7.5	8.8	10.9	24.0	0.4
24	Tabaco e seus sucedâneos manufacturados	5.1	10.0	14.4	7.8	10.9	40.5	0.4
21	Preparações alimentícias diversas	4.0	3.8	5.4	6.2	10.9	75.9	0.4
54	Filamentos sintéticos ou artificiais	3.3	5.7	6.6	9.7	10.8	11.7	0.4
28	Prod químic inorg; comp metais prec/rádio-isótopos	4.8	6.0	11.5	6.1	10.7	74.4	0.4
70	Vidro e suas obras	6.7	8.0	7.9	7.9	10.6	34.8	0.4
	% do Total	92.2	91.4	93.4	89.6	93.7		

Fonte: GEE, a partir de dados de base ITC (International Trade Centre).

3. Exportações de mercadorias de Moçambique

3.1. Mercados de destino

De acordo com dados do FMI disponíveis, à semelhança do que acontece na vertente das importações Portugal ocupou em 2008 a 7ª posição entre os principais mercados de destino das exportações moçambicanas. No início da última década, Portugal terá pesado 11,6% no total das exportações de Moçambique, tendo o seu peso vindo sucessivamente a decrescer, até se situar em apenas 0,8% em 2008 (Quadro 4).

A primeira posição foi ocupada pelos Países Baixos (55,5% em 2008), com particular expressão a partir de 2004 e envolvendo ao que tudo indica o efeito Roterdão anteriormente referido (a União Europeia foi o principal destino das exportações moçambicanas a partir de 2001, com mais de 60% do total). Seguiu-se a África do Sul (9,2%), o Zimbabwe (2,1%), a China (1,6%), o Malawi (1,4%) e a Espanha (1,3%).

Quadro 4 – Evolução dos 20 principais mercados de destino das exportações moçambicanas em 2008

Destino	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
P.Baixos	1.0	3.7	2.9	2.8	60.9	59.7	59.7	61.8	55.5
África do Sul	14.6	15.3	17.7	16.2	12.9	16.2	15.2	17.2	9.2
Zimbábwe	17.7	5.3	5.8	2.8	2.3	2.9	3.2	2.9	2.1
China	0.7	0.2	1.0	0.5	1.6	1.9	1.4	1.7	1.6
Malawi	3.0	1.7	1.5	3.1	3.3	2.8	1.0	0.7	1.4
Espanha	10.7	6.6	5.4	6.7	2.5	1.9	1.8	1.5	1.3
Portugal	11.6	4.0	4.4	3.7	2.8	1.2	1.2	1.3	0.8
Índia	4.9	0.5	2.1	0.3	2.2	1.5	1.3	0.7	0.8
Alemanha	0.0	0.1	0.0	0.1	0.1	0.0	1.1	0.4	0.8
EUA	4.7	0.9	1.6	1.5	0.6	2.2	0.3	0.2	0.5
Bélgica	0.3	43.7	42.4	43.5	0.6	0.1	0.1	0.3	0.5
França	0.5	0.1	0.1	0.2	0.2	0.8	0.4	0.6	0.4
Japão	4.3	4.1	0.7	0.9	0.9	0.5	0.3	0.1	0.4
Polónia	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	0.2	0.4
Suíça	0.0	0.0	0.0	0.1	0.1	0.2	2.2	0.4	0.4
R.Unido	0.9	2.7	2.8	2.9	0.2	0.5	0.7	1.3	0.3
Angola	0.1	0.1	0.0	0.1	0.0	0.0	0.1	0.2	0.3
Botswana	0.0	0.0	0.0	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3
Itália	0.4	2.9	2.9	2.9	0.1	0.1	0.1	0.1	0.2
Malásia	0.6	0.2	0.0	0.1	0.3	0.2	0.4	0.2	0.2
% do Total	76.2	92.1	91.3	88.8	91.5	92.7	90.8	91.7	77.5
Por memória:									
União Europeia	25.5	63.9	61.0	62.9	67.3	64.3	66.1	67.8	60.3

Fonte: GEE, a partir de dados de base IMF - Diirection of Trade Statistics - Dec. 2009.

3.2 - Principais produtos exportados por Moçambique

O principal produto de exportação de Moçambique é o alumínio e suas obras, que em 2008 representou 54,7% do total. Seguiram-se os combustíveis e óleos, essencialmente energia eléctrica e refinados de petróleo. O comércio de natureza confidencial, as provisões de bordo e outras mercadorias não especificadas totalizaram 7,5%, o tabaco 7,4%, e o peixe e crustáceos 2,9% (Quadro 5).

Quadro 5 – Principais produtos (SH2) exportados por Moçambique entre 2004 e 2008 (ordenados por ordem decrescente de valor em 2008)

SH2	Descritivo	Exportações (1000 Euros)					TVH 08/07	Estrut. 08 (%)
		2004	2005	2006	2007	2008		
	TOTAL	1 208.8	1 402.8	1 896.3	1 760.0	1 803.9	2.5	100.0
76	Alumínio e suas obras	736.0	821.9	1 118.0	1 107.2	987.6	-10.8	54.7
27	Combustíveis e óleos minerais; energia eléctrica	150.2	209.2	278.1	272.5	195.6	-28.2	10.8
99	Comércio confidenc/enc postais; provisões bordo	8.9	0.0	29.9	12.9	135.3	945.6	7.5
24	Tabaco e seus sucedâneos manufacturados	32.8	34.8	87.9	37.8	132.6	250.9	7.4
03	Peixes, crustáceos e moluscos	80.7	69.5	77.0	51.2	51.5	0.6	2.9
84	Máq/aparelh mecânic;react nucl;caldeiras;s/partes	20.8	23.3	25.7	29.5	35.7	21.2	2.0
52	Algodão	23.1	45.2	36.4	26.1	35.3	35.1	2.0
12	Sementes/frutos de oleagin, plantas ind/medicinais	10.1	10.4	12.0	21.1	26.9	27.6	1.5
26	Minérios, escórias e cinzas	1.1	1.1	1.1	4.6	26.8	480.1	1.5
44	Madeira e suas obras; carvão vegetal	27.0	26.0	28.3	23.2	26.5	14.3	1.5
08	Frutas, cascas de citrinos e melões	24.1	19.6	33.9	19.3	25.9	34.0	1.4
72	Ferro fundido, ferro e aço	5.0	9.0	13.4	11.5	14.6	27.0	0.8
89	Embarcações e estruturas flutuantes	0.0	0.1	5.7	2.6	11.7	355.3	0.6
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2.2	12.7	4.3	4.1	10.8	163.8	0.6
87	Automóv/tractores/ciclos/outr terrest; partes/acess	7.9	11.5	19.2	9.1	10.5	16.4	0.6
	% do Total	93.5	92.3	93.4	92.8	95.8		

Fonte: GEE, a partir de dados de base ITC (International Trade Centre).

4. Relações comerciais Portugal-Moçambique

4.1. Balança comercial

A balança comercial de Portugal com Moçambique é favorável a Portugal, com um elevado grau de cobertura das importações pelas exportações. Em 2009, as importações portuguesas com esta origem cresceram 27,0% em termos homólogos e as exportações 31,3%, o que conduziu a um aumento de 33,7% do saldo comercial, ao aproximar-se de 78,5 milhões de euros (Quadro 6).

Quadro 6 – Balança comercial de mercadorias de Portugal com Moçambique

	Valores em milhares de Euros							
	2006 [1]	2007 [2]	2008 [3]	2009 [4]	TVH			
					07/06	08/07	09/08	
Importações (cif)	28 685	25 641	33 687	42 800	-10.6	31.4	27.0	
Exportações (fob)	73 720	89 408	92 358	121 263	21.3	3.3	31.3	
Saldo (fob-cif)	45 035	63 767	58 671	78 464	41.6	-8.0	33.7	
Cobertura(fob/cif)	257.0	348.7	274.2	283.3	-	-	-	

[1] - 2ª versão

[3] - 2ª versão

[2] - 3ª versão

[4] - versão preliminar

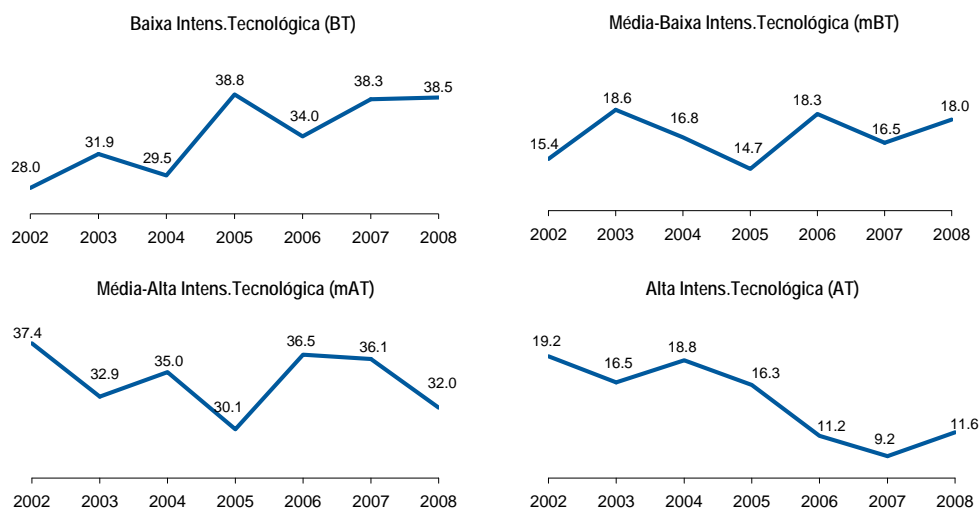
Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE.

4.2. Exportações portuguesas para Moçambique

4.2.1. Produtos industriais transformados por grau de intensidade tecnológica

Nas exportações portuguesas para Moçambique de produtos industriais transformados, por grau de intensidade tecnológica, predominaram em 2008 os produtos de **Média Intensidade Tecnológica** com 50,0% do total (32,0% de Média-alta e 18,0% de Média-baixa tecnologia). Seguiram-se os produtos de **Baixa Intensidade Tecnológica** (38,5%), e os de **Alta Intensidade Tecnológica** (11,6%) (Figura 1).

Figura 1 – Exportações portuguesas para Moçambique de produtos industriais transformados por grau de intensidade tecnológica
(em percentagem do total dos produtos industriais transformados)



Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE: 2002 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 2ª versão.

4.2.2 - Exportações portuguesas para Moçambique por grupos de produtos

Mais de 80% das exportações portuguesas para Moçambique por grupos de produtos, no período de Janeiro a Novembro de 2009, incidiram nos grupos das “**Máquinas**” (29,6%), designadamente máquinas e aparelhos mecânicos e eléctricos, aparelhos de som e imagem e máquinas de escritório e informática, dos “**Agro-alimentares** (15,2%), principalmente conservas de peixe e vinhos, dos **Químicos** (13,1%), com destaque para os produtos da petroquímica e farmacêuticos, da “**Madeira, cortiça e papel**” (11,4%), essencialmente publicações, e dos “**Produtos acabados diversos**” (11,4%), com uma componente importante de cerâmica e vidro, e também de mobiliário, aparelhos médicos e aparelhos de medida e de controlo (Quadro 7).

Quadro 7 – Exportações portuguesas com destino a Moçambique por grupos de produtos (Janeiro a Novembro de 2008-2009)

Grupos de Produtos	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
	2008	2009		2008	2009
TOTAL	83 303	109 882	31.9	100.0	100.0
MÁQUINAS	21 765	32 576	49.7	26.1	29.6
Máquinas e Aparelhos Mecânicos	7 827	14 868	90.0	9.4	13.5
Outros Aparelhos Eléctricos	10 017	11 519	15.0	12.0	10.5
Aparelhos de Som e Imagem	2 537	4 116	62.2	3.0	3.7
Máquinas de Escritório e Informática	1 384	2 074	49.9	1.7	1.9
AGRO-ALIMENTARES	14 435	16 705	15.7	17.3	15.2
do qual:					
Conservas de Peixe	1 840	2 630	42.9	2.2	2.4
Vinhos	3 843	3 834	-0.2	4.6	3.5
QUÍMICOS	11 994	14 401	20.1	14.4	13.1
do qual:					
Petroquímicos	3 667	5 019	-100.0	0.0	
Farmacêuticos	3 239	2 571	36.9	4.4	4.6
MADEIRA, CORTIÇA E PAPEL	10 583	12 526	18.4	12.7	11.4
do qual:					
Papel e Publicações	9 562	11 896	24.4	11.5	10.8
Madeira	438	377	-13.8	0.5	0.3
Pasta de Papel	556	217	-61.0	0.7	0.2
PROD. ACABADOS DIVERSOS	8 762	12 483	42.5	10.5	11.4
do qual:					
Cerâmica e Vidro	2 214	3 291	48.6	2.7	3.0
Mobiliário	2 467	2 959	19.9	3.0	2.7
Instrumentos médicos	317	1 760	455.1	0.4	1.6
Aparelhos de medida e controlo	525	902	71.9	0.6	0.8
MINÉRIOS E METAIS	8 472	8 234	-2.8	10.2	7.5
do qual:					
Obras de Metais	6 390	6 561	2.7	7.7	6.0
Metais em Bruto	1 908	1 489	-22.0	2.3	1.4
MATERIAL DE TRANSPORTE	2 221	6 921	211.6	2.7	6.3
Veículos Automóveis	2 075	2 883	38.9	2.5	2.6
Outro Material de Transporte	147	4 038	2651.8	0.2	3.7
VESTUÁRIO E CALÇADO	2 425	2 296	-5.3	2.9	2.1
Calçado e Acessórios de Vestuário	834	1 069	28.2	1.0	1.0
Vestuário de Tecido	1 241	790	-36.3	1.5	0.7
Vestuário de Malha	349	436	24.9	0.4	0.4
ENERGÉTICOS	1 228	2 062	67.9	1.5	1.9
PELES, COUROS E TÊXTEIS	1 418	1 679	18.4	1.7	1.5
do qual:					
Têxteis-Lar	665	863	29.8	0.8	0.8
Peles e Couros	231	322	39.5	0.3	0.3

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Seguiram-se os grupos dos “**Minérios e metais**” (6,0%), compreendendo principalmente obras de metais e metais em bruto, do “**Material de transporte**” (6,3%), com uma forte componente de embarcações e de material para via férrea, que não se haviam exportado no ano anterior, do “**Vestuário e calçado**” (2,1%),

principalmente calçado, dos “Energéticos” (1,9%), designadamente refinados de petróleo, e das “Peles, couros e têxteis” (1,5%), com destaque para os têxteis-lar e peles e couros.

4.3. Importações portuguesas com origem em Moçambique por grupos de produtos

Nos primeiros onze meses de 2009, as importações portuguesas de produtos moçambicanos centraram-se nos produtos “Agro-alimentares” (97,2%), essencialmente açúcar (73,0%), crustáceos e peixe (23,9%). O grupo dos “Têxteis, vestuário e calçado” pesou 1,7% no total das importações, essencialmente constituídas por algodão (Quadro 8).

Quadro 8 – Importações portuguesas com origem em Moçambique por grupos de produtos
(Janeiro a Novembro de 2008-2009)

Grupos de Produtos	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
	2008	2009		2008	2009
TOTAL	29 654	42 226	42.4	100.0	100.0
AGRO-ALIMENTARES	28 482	41 059	44.2	96.0	97.2
do qual:					
Açúcar	19 458	30 821	58.4	65.6	73.0
Crustáceos e peixe	8 820	10 087	14.4	29.7	23.9
TÊXTEIS, VESTUÁRIO E CALÇADO	678	713	5.2	2.3	1.7
do qual:					
Fibras	610	618	1.3	2.1	1.5
Outros	495	454	-8.3	1.7	1.1

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Ensaio

A Sobrevivência de Empresas na Região Norte¹

Alcina Nunes²

Elsa de Moraes Sarmento³

Resumo

Este estudo analisa a capacidade de sobrevivência das empresas criadas durante o período compreendido entre 1985 e 2007, na região Norte de Portugal (NUT II), relativamente à sua idade e ao seu período de actividade, através da utilização de funções de risco e sobrevivência, utilizando métodos não paramétricos (Kaplan-Meier e Nelson-Aalen) e semi-paramétricos (modelo complementar log-log e o modelo de risco proporcional de Cox). A análise é também desagregada por sector económico e por classe de dimensão, em número de trabalhadores. O trabalho empírico assenta na criação de uma base de dados específica, baseada nos Quadros de Pessoal do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, através da aplicação de uma metodologia específica, o “Manual of Business Demography Statistics” publicado conjuntamente pelo Eurostat e pela OCDE. A aplicação desta metodologia permite obter indicadores comparáveis não só a nível regional e nacional, como internacional.

1. Introdução

A análise de sobrevivência, cuja origem remonta ao ramo da epidemiologia, foi adoptada pela análise de sobrevivência empresarial, complementando outros métodos de estudo sobre a demografia de empresas. Esta é uma área onde eram evidentes, as consequências das dificuldades de acesso e de disponibilização de dados longitudinais, que fornecessem informação quantitativa sobre a diferenciação espacial das probabilidades de sobrevivência das empresas (Brixy e Grotz, 2006).

Em Portugal, a disponibilização dos Quadros de Pessoal, tem-se revelado fundamental e tem contribuído para o fomento de um conjunto muito importante de investigação aplicada sobre a análise e sobrevivência de empresas (Mata e Portugal, 1994; Mata e Guimarães, 1995; Mata, 1993; Mata e Machado, 1996; Baptista et al., 2008; Cabral, 2007; Cabral e Mata, 2003; Baptista e Carias, 2007; Baptista e Mendonça, 2007; Nunes e Sarmento, 2009 e 2010).

A região Norte apresenta a maior taxa de crescimento do número de empresas activas entre 2000 e 2007, apresentando a maior proporção de empresas no país (Sarmento e Nunes, 2009). Em 2008, esta região concentrou cerca de 35,6% das empresas activas em território nacional, mantendo-se como detentora do maior número de empresas activas do país (GEP, 2010). O Norte é também responsável pela maioria dos nascimentos de empresas entre 1985 e 2007 (36% em média no período em análise), mas também pela maioria dos encerramentos (35,4%). Esta é portanto a região do país, onde é visível uma maior turbulência na dinâmica empresarial.

¹ Agradecemos ao Gabinete de Estratégia e Planeamento, do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, o fornecimento dos dados e o apoio prestado. Este trabalho reflecte unicamente as opiniões das autoras.

² Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança, Portugal (alcina@ipb.pt).

³ Departamento de Economia e Gestão, Universidade de Aveiro, Portugal; Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (esarmento@egi.ua.pt).

Ainda segundo Nunes e Sarmiento (2009), a região Norte do país é aquela que apresenta uma probabilidade de encerramento com maior crescimento, ao longo do período de actividade das empresas considerado (1985 a 2007). Simultaneamente, é aquela cuja duração mediana é mais baixa. O encerramento de actividade, ou por outras palavras, a “morte” das empresas ocorre, em termos medianos, entre os 5 e os 6 anos de idade, enquanto nas restantes regiões nacionais, o valor está compreendido entre os 6 e os 7 anos. Esta é ainda a região que, no final do período de observação, apresenta uma menor taxa de sobrevivência de empresas.

No desenrolar da análise, serão apresentados resultados empíricos que permitem observar o movimento de encerramento de empresas na região Norte, recorrendo a métodos econométricos não paramétricos. A próxima secção descreve a metodologia utilizada, a secção 3 expõe a análise não paramétrica, a secção 4 desenvolve a análise semi-paramétrica e finalmente a última secção conclui.

2. Breve exposição metodológica

Este trabalho assenta na criação e exploração de uma base de dados específica, baseada nos Quadros de Pessoal do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Decorrente da aplicação da metodologia baseada no “Manual of Business Demography Statistics”, publicado conjuntamente pelo Eurostat e pela OCDE (2007), considera-se neste estudo apenas um subconjunto da base de dados dos Quadros de Pessoal, onde apenas se integram as empresas⁴ activas, que empreguem pelo menos um trabalhador remunerado (“employer enterprises”), Este conjunto de empresas constitui a grande fonte de criação de emprego em Portugal.

A definição de empresa⁵ (Eurostat/OCDE, 2007), corresponde à mais pequena combinação de unidades legais, isto é, a uma unidade organizacional que produz bens ou serviços, que auferir de uma certa autonomia de decisão, particularmente no que diz respeito à alocação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode ter uma ou mais actividades em uma ou mais localizações. Uma empresa pode também ser representada apenas por uma entidade legal.

Os encerramentos ou “mortes” de empresas ocorrem porque estas deixam de estar presentes na base de dados, durante pelo menos dois anos, ou porque mesmo estando activas, deixaram de ter pelo menos um trabalhador remunerado, conforme registo nos Quadros de Pessoal, de acordo com a metodologia Eurostat/OCDE, 2007.

A aplicação desta metodologia, complementar a outras análises da demografia empresarial (INE, 2008, 2009a e 2009b, GEP 2010), permite obter indicadores comparáveis não só a nível regional e nacional, como também a nível internacional.

3. Análise de sobrevivência não paramétrica

3.1. Modelização teórica das funções de sobrevivência e risco

A aplicação dos tradicionais modelos de sobrevivência ao estudo da demografia de empresas, traduz-se na interpretação da denominada função de sobrevivência, como a probabilidade de uma empresa sobreviver para além de um determinado período de tempo t , condicionada pelo facto de ter sobrevivido até esse mesmo momento.

A função de sobrevivência assume o valor 1 na origem, ou seja, no momento inicial, quando $t=0$ e decresce, tendendo para 0, à medida que o tempo tende para o infinito.

⁴ Consideraram-se apenas as empresas classificadas nas secções A a Q da CAE-Rev.2.1.

⁵ Segundo regulamento do Conselho (EEC), n.º. 696/93, Secção III A de 15.03.1993.

Considerando T uma variável não negativa, que representa o tempo até ao momento de risco (no caso, o tempo decorrido até que uma empresa abandone o mercado, por encerramento, a partir do momento de entrada), a função de sobrevivência é representada por $S(t) = 1 - F(t) = \Pr(T > t)$.

A função de distribuição cumulativa $F(t)$ é então representada por $F(t) = \Pr(T \leq t)$.

No estudo da probabilidade de sobrevivência de uma empresa até um período de tempo t ou da probabilidade de risco desta encerrar após t , aplica-se comumente o estimador não-paramétrico de Kaplan-Meier.

Para períodos de risco observados t_1, \dots, t_k , onde k é o número de períodos distintos de risco observados no conjunto dos dados, o estimador Kaplan-Meier, num dado momento t é dado por: $\hat{S}(t) = \prod_{j|t_j \leq t} \left(\frac{n_j - d_j}{n_j} \right)$,

onde n_j é o número de empresas em risco no momento t_j e d_j é o número de encerramentos até t_j . O produto é realizado para todos os períodos de risco desde o momento de criação da empresa em t .

No cálculo da taxa de risco cumulativa, o estimador mais utilizado é o estimador de Nelson-Aalen, que é definido como o somatório das taxas de risco instantâneas do número de empresas em risco de encerrar.

O estimador é dado pela seguinte expressão: $\bar{H}(t) = \sum_{j|t_j \leq t} \frac{d_j}{n_j}$.

3.2. Resultados empíricos

Este método permite observar a performance das empresas da região Norte, no que diz respeito à sua capacidade de sobrevivência, ao longo do seu período de actividade (neste caso compreendido entre 1985 e 2007), bem como estimar qual o risco de sobrevivência associado, quer em termos globais para a região, quer em termos de dimensão e de sector de actividade.

A Tabela 1 apresenta os resultados para a probabilidade de sobrevivência e para o risco de encerramento de uma empresa no Norte do país, ao longo do período 1987-2005, condicionada pela sua idade, ou seja pelo facto de estar em actividade há um determinado número de anos.

Tabela 1: Tabela de sobrevivência e risco para novas empresas criadas, 1987-2005

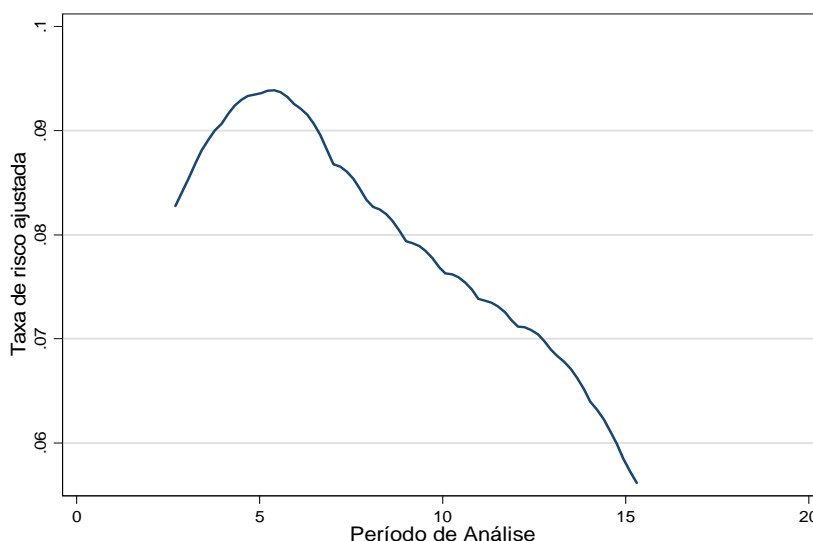
Tempo	Observações	Encerramentos	Observações censuradas	Kaplan-Meier		Nelson Aalen
				Função de Sobrevivência	Função de Risco	Taxa de Risco Acumulado
Anos	Nº	Nº	Nº	% P(S)	% 100-P(S)	%
1	160972	23122	19000*	85,6%	14,4%	14,4%
2	119075	14687	5760	75,1%	24,9%	26,7%
3	98628	11213	9401	66,5%	33,5%	38,1%
4	78014	7866	9087	59,8%	40,2%	48,2%
5	61061	5818	5797	54,1%	45,9%	57,7%
6	49446	4345	4025	49,4%	50,6%	66,5%
7	41076	3407	3698	45,3%	54,7%	74,8%
8	33971	2669	3144	41,7%	58,3%	82,6%
9	28158	2075	2295	38,7%	61,4%	90,0%
10	23788	1785	2360	35,8%	64,3%	97,5%
11	19643	1522	3424	33,0%	67,0%	105,2%
12	14697	1107	1962	30,5%	69,5%	112,8%
13	11628	897	1597	28,1%	71,9%	120,5%
14	9134	580	1709	26,4%	73,7%	126,8%
15	6845	406	1585	24,8%	75,2%	132,8%
16	4854	306	1675	23,2%	76,8%	139,1%
17	2873	159	1483	21,9%	78,1%	144,6%
18	1231	69	1162	20,7%	79,3%	150,2%

Fonte: Cálculos próprios baseados nos Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

Nota: * Valores aproximados.

Constata-se que cerca de 86% das novas empresas que nascem em determinado ano (ao longo do período 1987-2005), permanecem activas após um ano de actividade. A probabilidade de sobrevivência diminui gradualmente com o aumento do número de anos de “vida” da empresa. Entre o 5º e o 6º ano de actividade, estima-se que cerca de 50% das empresas encerra. Após 18 anos de actividade, pouco mais de 20% das empresas permanece efectivamente activa.

A Figura 1 mostra que, tendo em conta a evolução da taxa de crescimento do risco, existe um aumento da probabilidade do risco de encerramento das empresas até ao sexto ano de actividade. A partir desse momento, o risco de encerramento diminui linearmente.

Figura 1: Estimativa de risco ajustada para o Norte, 1987 – 2005

Fonte: Cálculos próprios baseados nos Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

As taxas de sobrevivência das empresas, no Norte do país, por dimensão da empresa, em número de trabalhadores, podem ser visualizadas na Tabela 2. De acordo com a literatura existente sobre este tema,

seria de esperar as empresas de menor dimensão apresentassem menores probabilidades de sobrevivência.

Verifica-se que após o primeiro ano de actividade, as empresas com menos de 4 trabalhadores, apresentam uma probabilidade de sobrevivência de cerca de 84%, enquanto as empresas de maior dimensão (com mais de 250 trabalhadores), apresentam uma probabilidade de sobrevivência superior, de cerca de 93%. As conclusões são idênticas quando se considera a mediana dos anos de actividade das empresas. As empresas com menos de 4 trabalhadores apresentam uma mediana de idade entre os 4 e os 5 anos, enquanto que no escalão de dimensão seguinte, esse valor sobe para os 8 a 9 anos e no escalão de maior dimensão (+250). A mediana dos anos de actividade situa-se entre os 11 e os 12 anos.

Tabela 2: Tabela de sobrevivência para as novas empresas criadas, por dimensão, 1987-2005
Dimensão (nº trabalhadores)

Tempo (anos)	1- 4	5-9	10-19	20-49	50-249	+250
1	84,3%	89,6%	89,7%	89,2%	90,6%	93,2%
2	72,5%	81,8%	81,9%	81,7%	82,3%	83,9%
3	63,1%	74,8%	75,2%	74,6%	75,5%	76,3%
4	55,7%	69,2%	69,6%	68,8%	70,9%	72,4%
5	49,4%	64,3%	64,6%	64,3%	66,3%	68,2%
6	44,1%	59,9%	60,8%	60,6%	62,4%	64,9%
7	39,4%	56,0%	57,6%	57,5%	60,2%	62,6%
8	35,5%	52,6%	54,9%	54,4%	57,0%	61,1%
9	32,0%	49,7%	52,2%	52,1%	54,3%	57,8%
10	28,8%	46,8%	49,6%	49,8%	52,4%	54,4%
11	25,9%	43,8%	47,1%	47,7%	49,7%	51,7%
12	23,3%	41,0%	44,5%	45,8%	48,4%	48,5%
13	20,9%	38,4%	42,1%	43,5%	46,4%	47,2%
14	19,0%	36,4%	40,3%	42,1%	45,8%	45,5%
15	17,4%	34,6%	38,7%	41,0%	44,2%	43,6%
16	15,7%	33,1%	37,3%	39,9%	41,9%	39,6%
17	14,4%	31,7%	36,2%	38,7%	40,2%	39,6%
18	13,0%	30,6%	35,5%	37,1%	39,2%	26,4%

Fonte: Cálculos próprios baseados nos Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

Na Tabela 3, observa-se a correspondente desagregação sectorial. Os sectores da Construção e da Indústria são aqueles onde as empresas mais encerram prematuramente, no período em análise. Nestes dois sectores, o valor mediano para a actividade de uma empresa situa-se entre os 4 e os 5 anos de vida, aumentando em dois anos para os sectores dos Serviços e da Agricultura e Pescas.

Tabela 3: Tabela de sobrevivência para as novas empresas criadas, por sector, 1995-2005⁶
Sectores

Tempo (anos)	Agricultura e Pescas	Construção	Indústria	Serviços
1	89,3%	83,3%	85,5%	86,2%
2	78,9%	71,0%	74,3%	75,8%
3	71,0%	60,4%	64,9%	67,5%
4	64,4%	52,4%	56,9%	60,7%
5	58,8%	45,3%	49,7%	55,0%
6	52,8%	40,0%	44,5%	50,3%
7	48,1%	35,8%	40,5%	46,5%
8	45,2%	32,5%	37,4%	43,5%
9	41,9%	29,5%	34,4%	40,6%
10	38,3%	26,9%	31,7%	37,6%

Fonte: Cálculos próprios baseados nos Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

⁶ Consideram-se apenas os sectores a uma letra (CAE Rev. 2.1) apenas a partir de 1995, devido à introdução do SEC 1995.

4. Análise de sobrevivência semi-paramétrica

4.1. Modelização teórica da função de risco

A aplicação do método que utiliza um conjunto de variáveis explicativas do comportamento de sobrevivência e do risco de encerramento de uma empresa, bem como a representação estatística da relação entre o seu tempo de sobrevivência e essas variáveis, é denominada como o modelo de taxa de risco da duração de vida da empresa.

De acordo com este modelo, uma empresa específica j , enfrenta uma taxa de risco (h_j) que é função de uma taxa de risco base (h_0), que todas as empresas a operar no mercado enfrentam. Esta é transformada através de um vector de parâmetros (β) por um conjunto de variáveis explicativas (X). O modelo pode então ser escrito da seguinte forma: $h_j(t) = f(h_0(t), \phi(X, \beta))$. Logo, duas empresas com a mesma data de criação, enfrentarão uma diferente função de risco se, e apenas se, as suas características forem distintas.

A aplicação empírica do modelo implica a especificação de uma forma funcional para a função de sobrevivência. Uma das mais comuns é o modelo de risco proporcional: $h_j(t) = h_0(t)\phi(X, \beta)$. A designação do modelo resulta do facto do risco enfrentado pela empresa ser proporcional ao risco base. Ou seja, o formato da função de risco é o mesmo para todos os indivíduos, sendo que as variações ocorridas nas variáveis explicativas se traduzem em deslocamentos paralelos dessa função base afectando, assim, apenas a escala da função original e não o seu formato.

Face ao facto do risco se constituir como uma probabilidade condicionada e, por isso, ser positivo, a forma mais conveniente para o termo $\phi(X, Y)$ consiste na forma exponencial. Em resultado, o risco que uma empresa j enfrenta, pode ser escrito da seguinte forma: $h_j(t) = h_0(t)e^{(X, \beta)}$. Note-se que esta forma particular de representação da função de risco oferece a vantagem de permitir uma interpretação conveniente dos coeficientes estimados já que $\beta = \frac{\partial \ln \phi(X, \beta)}{\partial X}$.

A expressão anterior significa que o coeficiente de uma variável explicativa é o efeito proporcional constante resultante do acréscimo, em uma unidade, desta variável na probabilidade condicionada de encerramento.

A hipótese assumida para a forma funcional de $\phi(X, Y)$ é amplamente aceite mas o mesmo não acontece para a forma funcional da função de risco base. Desta forma, e em caso de dúvida, a melhor opção será a de não considerar qualquer hipótese acerca da forma funcional da função de risco base. Tal comportamento foi sugerido por Cox (1972) e os modelos resultantes são conhecidos como semi-paramétricos. Cox também sugeriu que os modelos de risco proporcional podem ser facilmente alargados de forma a integrar variáveis explicativas que variam ao longo do tempo. Essa será uma das aproximações apresentadas do longo do trabalho.

De facto, o modelo incorpora as principais características dos modelos discretos de duração, onde o logaritmo da probabilidade de uma empresa encerrar no momento de tempo t , dado que sobreviveu até $t-1$, é explicado por um conjunto de variáveis X_t e um conjunto de variáveis que identificam a função de risco base, de acordo com a seguinte especificação: $\log h(t | x_t, x_0) = \lambda_t + \beta x_t + \gamma x_0$, para $t = 1, \dots, k$.

Na análise seguinte, são aplicadas duas especificações concretas do modelo proporcional de Cox, a especificação contínua do modelo e a especificação discreta. Esta opção é plausível, pois o fenómeno de sobrevivência, sendo contínuo, é reportado numa base anual nos Quadros de Pessoal, transformando o tempo numa variável discreta.

Na especificação discreta, os dados são agrupados em 11 variáveis de tempo (uma para cada período em risco, entre 1995 e 2005), onde se aplica o modelo complementar log-log (conhecido como modelo cloglog). Na especificação contínua será adoptado o modelo de risco proporcional de Cox.

4.2. Resultados Empíricos

Foram seleccionadas sete variáveis explicativas para a estimação semi-paramétrica da função de risco de encerramento da empresa: dimensão inicial da empresa, dimensão actual da empresa, taxa de entrada em actividade da empresa, índice de concentração (*Herfindahl-Hirschman Index*), taxa de turbulência, crescimento específico de cada sector económico, produto entre crescimento e a taxa de entrada no mercado e finalmente variáveis dicotómicas (*dummies*) sectoriais e temporais.

A descrição de cada variável e as estimativas obtidas através dos modelos Cloglog e proporcional de Cox, estão sistematizados na Tabela 4.

Os resultados são apresentados sob a forma de taxas de risco, onde valores superiores a 1 indicam uma taxa de risco crescente e valores inferiores a 1, uma taxa de risco decrescente. Apesar das diferenças na magnitude dos estimadores, eles apresentam o mesmo padrão em termos de evolução do risco, nos dois modelos.

Embora o modelo proporcional de Cox perca significância estatística para algumas variáveis, ambos os modelos permitem concluir que existe um maior risco de encerramento associado a empresas que têm menor dimensão (dimensão actual), com actividade em sectores que verificam elevadas taxas de entrada de empresas e particularmente, de turbulência. Este efeito é particularmente explícito no sector industrial.

A introdução de variáveis explicativas na estimação semi-paramétrica (modelo de risco proporcional de Cox), permite observar uma diminuição nas taxas de risco de encerramento, na evolução da sobrevivência das empresas ao longo do tempo, quando comparada com a estimação não paramétrica de Kaplan-Meier (Figura 2).

Por outro lado, observa-se que, embora com um valor mais reduzido, o período em que o risco aumenta é superior, no modelo de Cox (aproximadamente 5 anos em comparação com o pico de 4 anos observado na estimação não paramétrica), decrescendo menos rapidamente e de forma menos linear.

Tabela 4: Resultados das estimações semi-paramétricas

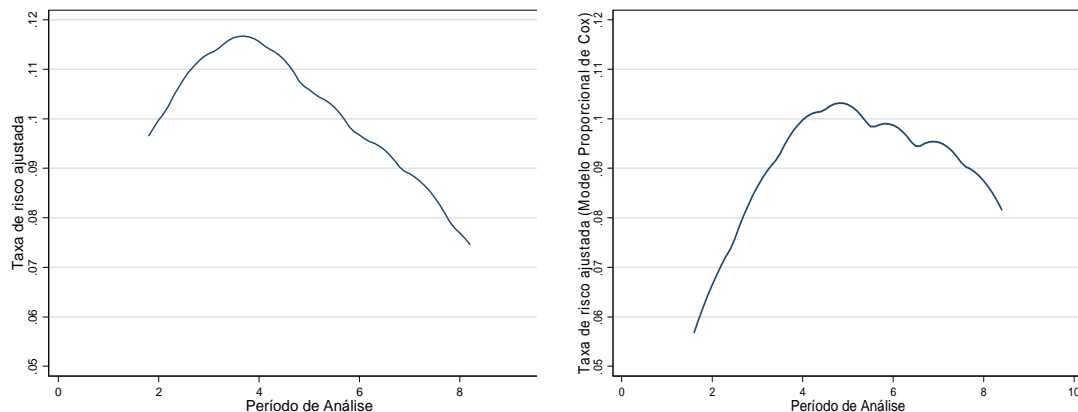
Variáveis	Descrição	Modelo Cloglog	Modelo Proporcional de Cox
Dimensão Original	Logaritmo do número de empregados no momento do nascimento da empresa	1,310 *** (0,011)	1,081 *** (0,013)
Dimensão Actual	Logaritmo do número de empregados no momento de realização da análise	0,479 *** (0,004)	0,639 *** (0,007)
Taxa de Entrada na Indústria (2 dígitos)	Logaritmo da taxa de entrada na indústria, definida como o número de empresas que entram, dividido pelo número total de empresas existentes na indústria (o valor é calculado tendo em conta a CAE Rev.2.1 a 2 dígitos).	1,233 *** (0,028)	1,078 ** (0,036)
HHI da Indústria (2 digit)	Índice Herfindhal-Hirschman (HHI) calculado para indústrias ao nível da CAE Rev.2.1 a 2 dígitos	0,986 *** (0,002)	0,980 *** (0,004)
Taxa de Turbulência	Soma das taxas de entrada e saída de empresas por indústria ao nível da CAE Rev.2.1 a 2 dígitos.	11,444 *** (0,791)	9,394 *** (1,097)
Crescimento Industrial	Logaritmo do número de empregados no ano t menos o logaritmo do número de empregados no ano $t-1$.	1,087 *** (0,029)	0,953 (0,01)
Crescimento x Taxa de Entrada	Variável de interação definida como o produto da taxa de entrada e o crescimento industrial.	1,069 ** (0,028)	0,997 (0,063)
Sectores (<i>dummies</i>)			
Agricultura e Pescas		0,443 *** (0,016)	0,554 (0,024)
Construção	Variáveis dicotómicas (<i>dummies</i>) para os quatro principais sectores.	0,858 *** (0,012)	0,81 (0,018)
Indústria		(a)	(a)
Serviços		0,631 *** (0,007)	0,622 (0,01)
Anos (<i>dummies</i>)	Variáveis dicotómicas (<i>dummies</i>) para cada ano.	Sim	Sim
Número de Empresas		164599	164599
LR X^2 (28) / LR X^2 (18)		17871,03 ***	5526,57 ***
Log likelihood		-152494,34	-348970,76

Fonte: Cálculos próprios baseados nos Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

Notas: (a) refere-se ao sector de referência. Nas variáveis dicotómicas (*dummies*) dos anos, a expressão "Sim", significa que foram incluídas na estimação. O desvio padrão é apresentado entre parêntesis.

*, **, *** Significa respectivamente, 10%, 5% e 1% de nível de significância.

Figura 2: Taxas de risco ajustada não paramétrica (Kaplan Meier) e Semi-paramétrica (Modelo Proporcional de Cox), 1995-2005



Fonte: Cálculos próprios baseados nos Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

5. Comentários finais

A região Norte caracteriza-se por aspectos que a tornam particular no panorama nacional, em termos de dinâmica e sobrevivência empresarial. Um desses aspectos refere-se à turbulência registada nas entradas e saídas de empresas que, em conjunto com outras características não aprofundadas neste estudo mas patentes na literatura, podem contribuir para explicar o relativamente elevado comportamento de risco relacionado com a capacidade de sobrevivência das empresas no Norte do país.

Na estimação não paramétrica, observa-se que cerca de 86% das novas empresas criadas, permanecem activas após um ano de actividade. A probabilidade de sobrevivência diminui com o aumento do número de anos de actividade da empresa. Verifica-se que entre o 5º e o 6º ano de actividade, cerca de 50% das empresas encerram a sua actividade. Após 18 anos de actividade, apenas 20,7% do total de empresas empregadoras permanecem em actividade.

A introdução de variáveis explicativas na estimação semi-paramétrica (modelo de risco proporcional de Cox), permite observar uma diminuição do risco na evolução da sobrevivência das empresas ao longo do tempo, quando comparada com a estimação não paramétrica de Kaplan-Meier.

No entanto, ambos os modelos permitem concluir que existe um maior risco de encerramento, associado a empresas com menor dimensão (actual) e com actividade em sectores que verificam elevadas taxas de entrada de empresas e particularmente, de turbulência. Este efeito é particularmente explícito no sector industrial.

Referências bibliográficas

- Baptista, R., Escária, V. and Madruga, P. (2008), "Entrepreneurship, Regional Development and Job Creation: the Case of Portugal." *Small Business Economics*, n. 30, p. 49-58.
- Baptista, R. and Carias, C. (2007), "Job Creation and Destruction by Small Businesses in the Portuguese Regions", IN+, presented at the European Regional Science Association, ERSA 2007.
- Baptista, R. and Mendonça, J. (2007), "Short and Long Term Survival of New Businesses: the Role of Human Capital", IN+, Draft version of 2007.
- Brixy, U. e Grotz, R. (2006), "Regional Patterns and Determinants of New Firm Formation and Survival in Western Germany", IAB Discussion Paper, n. 5/2006.
- Cabral, L. (2007), "Small firms in Portugal: A selective Survey of Stylized Facts, Economic Analysis and Policy Implementation", *Portuguese Economic Journal*, vol. 6 (1), p. 65-88.
- Cabral, L. and Mata, J. (2003), "On the Evolution of the Firm Size Distribution: Facts and Theory", *The American Economic Review*, vol. 93(4), p. 1075 - 1090.
- Cleves, M. A., Gould, W.W. e Gutierrez, R. G. (2004), "An Introduction to Survival Analysis Using Stata", Stata Press.
- Cox, D.R. (1972), "Regression Models and Life Tables", *Journal of the Royal Statistical Society, Series B*, vol 34(2), p. 187-202.
- Eurostat e OECD (2007), "Eurostat/OECD Manual on Business Demography Statistics".
- Gabinete de Estratégia e Planeamento (2010), "Quadros de Pessoal, Estatísticas em Síntese", Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Instituto Nacional de Estatística (2008), *Anuários Estatísticos de Portugal 2007*.

- Instituto Nacional de Estatística (2009a), "Demografia de Empresas 2004-2007, O Empreendedorismo em Portugal - Indicadores sobre a Demografia das Empresas", Destaque.
- Instituto Nacional de Estatística (2009b), "Empresas em Portugal 2007", Temas de Economia e Finanças.
- Mata, J. (1993), "Entry and type of entrant: evidence from Portugal", *International Journal of Industrial Organization*, vol 11(1), p. 101-122.
- Mata, J. and Machado, J. (1996), "Firm start-up size: a conditional quantile approach", *European Economic Review*, vol 40, p. 1305-1323.
- Mata, J. and Portugal, P. (1994), "Life Duration of New Firms", *The Journal of Industrial Economics* Vol. 42(3), p. 227-245.
- Mata, J., Portugal, P. and Guimarães, P. (1995), "The survival of new plants: Start-up conditions and post-entry evolution." *International Journal of Industrial Organization*, n.13, p. 459-481.
- Nunes, A. e Sarmiento. E. (2009), "A Non Parametric Survival Analysis of Business Demography Dynamics in Portugal", *Boletim Mensal da Economia Portuguesa*, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e Ministério das Finanças e da Administração Pública, Dezembro de 2009.
- Nunes, A. e Sarmiento. E. (2010), "Business Demography Dynamics in Portugal: a semi-parametric Survival Analysis", *Boletim Mensal da Economia Portuguesa*, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e Ministério das Finanças e da Administração Pública, Janeiro de 2010.
- OECD/Eurostat (2009), "Measuring Entrepreneurship A Collection of Indicators 2009 Edition", OECD-Eurostat Entrepreneurship Indicators Programme.
- OECD/Eurostat (2008), "Measuring Entrepreneurship: A digest of indicators", OECD-Eurostat Entrepreneurship Indicators Programme.
- Sarmiento, E. e A. Nunes (2009), "Entrepreneurship Performance Indicators", *Workshop do NIPE: Economic Analysis using Linked Employer and Employee Data*, Universidade do Minho.

Iniciativas e Medidas Legislativas

INICIATIVAS E MEDIDAS LEGISLATIVAS

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
Reunião Conselho ECOFIN 16 de Fevereiro de 2010	<p data-bbox="448 450 1359 526">Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 16 de Fevereiro de 2010 destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="448 548 1359 582">▪ Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento <p data-bbox="448 604 1359 716">a) Programa de estabilidade e procedimento de défice excessivo para a Grécia: O Conselho examinou a situação orçamental da Grécia, tendo adoptado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="507 739 1359 851">– Um parecer sobre a actualização do programa de estabilidade da Grécia, o qual define os planos para reduzir o défice orçamental abaixo dos 3% do PIB até 2012. <li data-bbox="507 873 1359 1030">– Uma Decisão em que apela à Grécia para corrigir o seu défice excessivo até essa data e que estabelece medidas de consolidação orçamental, de acordo com um calendário específico, incluindo os prazos para apresentação de relatórios trimestrais sobre as medidas implementadas. <p data-bbox="507 1052 1359 1400">Mais concretamente, nesta Decisão, adoptada no âmbito do artigo 126.9 do Tratado, o Conselho apela à Grécia que realize um ajustamento orçamental de, pelo menos, 4% do PIB em 2010, de forma a reduzir o défice para os 3% em 2012, devendo implementar medidas específicas de consolidação orçamental, incluindo as apresentadas no seu programa de estabilidade. O Conselho solicitou à Grécia a apresentação de um relatório até Março de 2010, com o calendário de execução das medidas orçamentais para este ano, e outro até Maio de 2010, com a definição das medidas a implementar para dar cumprimento à Decisão do Conselho.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="507 1422 1359 1534">– Uma Recomendação à Grécia tendo em vista a necessidade de consonância das suas políticas económicas com as políticas económicas da UE. <p data-bbox="507 1556 1359 2027">Nesta Recomendação, aprovada em conformidade com o artigo 121.4 do Tratado, o Conselho considera que as políticas da Grécia não estão em conformidade com a Recomendação específica, emitida no âmbito das orientações gerais de política económica (Recomendação 2009/531/CE), onde havia indicado que era imperativo “intensificar os esforços para resolver os desequilíbrios macroeconómicos e as debilidades estruturais da economia grega”. Por conseguinte, o Conselho instou a Grécia a implementar a partir de 2010 um pacote de reformas estruturais abrangentes, estabelecendo uma série de medidas específicas referentes aos salários, à reforma dos sistemas de pensões e de saúde, à administração pública, aos mercados de produtos, ao contexto empresarial, à produtividade e ao crescimento do emprego.</p>

b) Procedimentos de défice excessivo para Malta, Lituânia e Roménia: O

Conselho dirigiu novas recomendações a estes países, prorrogando por um ano os prazos para a correcção dos seus défices, tendo em conta uma deterioração mais acentuada do que o esperado da actividade económica nestes países. Para a Lituânia e Roménia o prazo foi alargado até 2012, sendo que Malta deverá corrigir o seu défice até 2011.

c) Procedimentos de défice excessivo para Letónia, Hungria e Polónia: O

Conselho considerou que estes estados-membros implementaram medidas consistentes com as Recomendações do Conselho.

- **Mercado Único Europeu – Directiva Serviços:** O Conselho aprovou conclusões sobre esta matéria, defendendo que o reforço do Mercado Único deverá constituir um dos elementos chave da estratégia prospectiva da UE para os próximos dez anos (Estratégia UE 2020). As conclusões incidem, em particular, sobre os serviços no mercado interno e a fiscalização dos mercados. Neste contexto, o Conselho reconhece a importância da plena transposição da Directiva Serviços e as potencialidades dos exercícios de avaliação mútua em 2010 (sob a supervisão do Conselho Competitividade) e de impacto económico em 2011, reitera a importância do exercício de monitorização dos mercados e reconhece o quadro comunitário para os auxílios de Estado como um instrumento importante para evitar distorções e reforçar a concorrência no mercado interno.
- **Nomeação do Vice-Presidente do Banco Central Europeu:** o Conselho adoptou uma Recomendação relativa à nomeação de Vítor Constâncio para Vice-Presidente do Banco Central Europeu, para suceder a Lucas Papademos cujo mandato expira em 31 de Maio próximo.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES)

Em Resolução do Conselho de Ministros, de 4 de Fevereiro, foi aprovado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES) visando o reforço da parceria entre o Estado e o sector de economia social. O PADES agrega um conjunto de medidas das quais se destacam:

1. Criação de uma linha de crédito bonificado, específica para o sector social, no valor de 12 500 000 euros dirigida ao investimento, reforço da actividade em áreas existentes ou em novas áreas de intervenção, modernização dos serviços prestados às comunidades, modernização de gestão e reforço de tesouraria das entidades de economia social. Prevê-se a criação desta linha durante o primeiro semestre de 2010;
2. Estabelecimento de um programa nacional de microcrédito no montante global de 15 000 000 euros. Visa-se estimular a criação de emprego e do empreendedorismo entre as populações com maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Disponibiliza-se, também, a prestação de apoio técnico à criação e consolidação dos projectos empresariais;
3. Criação de um programa de apoio à qualificação institucional das diversas entidades que constituem o sector social da economia. Visa-se facultar formação profissional de apoio à gestão e à modernização das cooperativas, das instituições particulares de solidariedade social, das misericórdias, das mutualidades, das associações de desenvolvimento local e outras entidades sem fins lucrativos.

Também, foi aprovada a criação do Conselho Nacional para a Economia Social,

INICIATIVA

SUMÁRIO

	para exercer funções de órgão consultivo de avaliação e de acompanhamento das estratégias e propostas de desenvolvimento da economia social.
Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique	A criação do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique foi aprovada em Conselho de Ministros de 25 de Fevereiro tendo em vista o financiamento de projectos de investimento e de parcerias em que participem empresas portuguesas, nomeadamente nas áreas da energia e das infraestruturas. O Fundo, dotado de cerca de 124 milhões de dólares, visa promover a internacionalização das empresas portuguesas e apoiar a economia moçambicana, que apresenta significativo potencial de crescimento.

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Relatório Sobre a Actividade Social da Empresa – legislação laboral</i> Portaria n.º 55/2010 - I Série n.º 14, de 21/01	Regula o conteúdo do relatório anual referente à informação sobre a actividade social da empresa e o prazo da sua apresentação, por parte do empregador, ao serviço com competência inspectiva do ministério responsável pela área laboral. O relatório único é entregue por meio informático, entre 16 de Março e 15 de Abril do ano seguinte àquele a que respeita.
<i>Mercado Ibérico de Energia Eléctrica</i> Despacho n.º 1659/2010 da Direcção de Energia e Geologia - II Série Parte C n.º 16, de 25/01	Estabelece, no âmbito do Mercado Ibérico de Energia Eléctrica, as datas para realização de leilões, durante o 1.º semestre de 2010, para aquisição de energia pelo comercializador de último recurso.
<i>Incentivo à Consolidação e Desenvolvimento Empresarial – QREN 2007-2013</i> Despacho n.º 1993/2010 - II Série Parte C n.º 20, de 29/01	Estabelece os indicadores económicos e financeiros para a avaliação preliminar nos projectos de candidatura ao Incentivo à Consolidação e Desenvolvimento Empresarial das Empresas de Comunicação Social Regional e Local.
<i>Medidas de Apoio à Agricultura</i> Resolução da Assembleia da República n.º 9/2010 - I Série n.º 22, de 2/02	Recomenda ao Governo sete medidas anti- crise com efeito rápido na agricultura, cinco medidas para o regime de pagamento único (RPU) ser pago a tempo e horas, e nove medidas para salvar o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER). Recomenda ainda que o Governo se empenhe na defesa do interesse nacional e da agricultura portuguesa junto da União Europeia.
<i>Agricultura - Regime do Pagamento Único</i> Portaria n.º 68/2010 - I Série n.º 23, de 03/02	Aprova o Regulamento de Aplicação do Regime do Pagamento Único (RPU).
<i>Iniciativa Novas Oportunidades / Comissão de Acompanhamento</i> Portaria n.º 73/2010 - I Série n.º 24, de 4/02	Cria a Comissão de Acompanhamento da Iniciativa Novas Oportunidades e do Sistema Nacional de Qualificações e define a sua composição, competências e regras gerais de funcionamento.
<i>Agricultura / Sistema integrado de Gestão e Controlo</i> Despacho normativo n.º 4/2010 - II Série Parte C n.º 25, de 5/02	Aprova as regras relativas ao sistema integrado de gestão e controlo para a campanha de 2010. De acordo com o Regulamento n.º 73/2009, procede-se à integração no pedido único de ajudas de vários regimes de apoio financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).
<i>Programa Operacional Pescas 2007-2013</i> Despacho n.º 2437/2010 - II Série Parte C n.º 25, de 5/02	Fixa as dotações financeiras do Programa Operacional Pescas 2007-2013 PROMAR. O presente despacho produz efeitos em 4 de Janeiro de 2010.
<i>Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC</i> Declaração n.º 23/2010 - II Série Parte c n.º 28, de 10/02	Aprova, no âmbito do IRC, o novo modelo da declaração periódica de rendimentos “Modelo 22” e respectivas instruções de preenchimento.
<i>PRODER 2007-2013</i> Portaria n.º 94/2010 - I Série n.º 30, de 12/02	Aprova o Regulamento que estabelece as condições de acesso e as regras gerais de financiamento, pelo Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural, das operações apresentadas no âmbito da medida de «Assistência técnica». Esta medida está prevista nos

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Sociedades Financeiras de Microcrédito</i> Decreto-Lei n.º 12/2010 - I Série n.º 35, de 19/02</p>	<p>apoios a conceder pelo Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2007 -2013 (PRODER). O presente diploma entra em vigor a 13 de Fevereiro de 2010.</p> <p>Introduz o regime jurídico aplicável à constituição de sociedades financeiras de microcrédito. Através deste novo regime alarga-se o acesso à actividade de concessão de microcrédito a agentes económicos que actualmente não exerçam actividade financeira, permitindo-lhes enquadrar aquela actividade de financiamento no âmbito de finalidades económicas e sociais que prossigam. Trata-se de sociedades financeiras que têm por objecto a prática de operações de concessão de crédito de montantes reduzidos, a particulares e a empresas, para desenvolver uma actividade económica. Para além da concessão de crédito, cabe também a estas sociedades o aconselhamento dos mutuários e o acompanhamento dos respectivos projectos. O microcrédito consiste num financiamento de valor reduzido concedido a pessoas, quer se encontrem em situação de desemprego quer sejam pequenos empresários, que tenham por objectivo o desenvolvimento de uma actividade económica. A aguardar ainda por regulamentação, através de portaria do ministro das Finanças, ficam os aspectos relacionados com a definição das características principais da política de microcrédito, em particular os tipos de actividades económicas que podem ser objecto de financiamento pelas sociedades financeiras de microcrédito, bem como os montantes máximos de financiamento susceptíveis de serem qualificados como microcrédito.</p>

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	Ministry of Commerce of China
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	National Bureau of Statistics of China
BEA	Bureau of Economic Analysis	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	Board of Governors of the Federal Reserve System	OE	Orçamento do Estado
BLS	Bureau of Labour Statistic	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	Special Data Dissemination Standard
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	Cabinet Office Government of Japan	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia	Yahoo	Finance Yahoo
DGO	Direcção-Geral do Orçamento		
DGT	Direcção-Geral do Tesouro		
EPA	Economic Planning Agency		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por Euros
EUR/GBP	Libra Esterlina por Euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de Respostas Extremas
VA	Valores Acumulados
VC	Varição em Cadeia
VCS	Valor Corrigido de Sazonalidade
VE	Valor Efectivo
VH	Varição Homóloga
VHA	Varição Homóloga Acumulada
VITA	Varição inter-tabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respectivo ano
VM01	Varição Homóloga dos últimos 01 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
 : representa valor não disponível.
 - não se aplica.